



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**KÉCIA VIEIRA DOS SANTOS**

**A PARTICULARIDADE DO SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO NOS  
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC'S) DE SERVIÇO SOCIAL, DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)**

**CAMPINA GRANDE  
2017**

**KÉCIA VIEIRA DOS SANTOS**

**A PARTICULARIDADE DO SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO  
NOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC'S) DE  
SERVIÇO SOCIAL, DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
(UEPB)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada a banca examinadora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Maria Aparecida Nunes dos Santos

**CAMPINA GRANDE  
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237p Santos, Kécia Vieira dos.

A particularidade do significado social da profissão nos trabalhos de conclusão de curso (TCC's) de Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) [manuscrito] : / Kécia Vieira dos Santos. - 2017.

79 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Profa. Ma. Maria Aparecida Nunes dos Santos, Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA."

1. Formação profissional. 2. . 3. Significado social. 4. Serviço social. 5. Assistente social.

21. ed. CDD 361

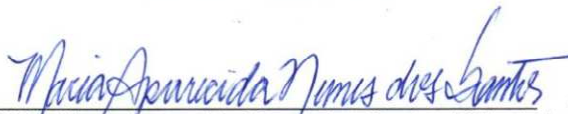
KÉCIA VIEIRA DOS SANTOS

A PARTICULARIDADE DO SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO NOS  
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC'S) DE SERVIÇO SOCIAL, DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentada a banca examinadora do  
Curso de Serviço Social da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de Bacharel  
em Serviço Social.

Aprovada em: 20/12/2017.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof.<sup>a</sup> Me. Maria Aparecida Nunes dos Santos (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.<sup>a</sup> Me. Sandra Amélia Sampaio Silveira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.<sup>o</sup> Dr. Mônica Barros da Nóbrega  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho o meu avô Benjamim  
Vieira (*in memoriam*), o primeiro homem que  
me ensinou a não calar diante da injustiça.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, inspiração e força de todos os dias.

À minha mãe Margarida Maria Vieira dos Santos por me ensinar a sonhar e a lutar por meus sonhos, tudo que sou devo a você.

Aos meus irmãos Katiene Vieira e Kenedy Vieira por compartilhar os meus sonhos.

À minha família, pois acredito que sem o apoio deles seria muito difícil vencer esse desafio.

À minha amiga e irmã Debora Kelly Pereira de Araújo e sua família por toda ajuda, suporte e incentivo durante todo processo de pesquisa e produção acadêmica.

À minha querida orientadora, Prof.<sup>a</sup> Maria Aparecida Nunes dos Santos, pela sabedoria com que me guiou nesta trajetória e, por me impulsionar a ir além da “zona de conforto”.

À Prof.<sup>a</sup> Sandra Amélia Sampaio Silveira por todo o conhecimento compartilhado ao longo da experiência de monitoria na disciplina de Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social I, por me ensinar a beleza de lutar sem perder a doçura. Reitero o agradecimento por ter aceitado participar da banca trazendo contributos para minha produção.

À Prof.<sup>a</sup> Mônica Barros da Nóbrega por também ter aceitado participar da banca contribuindo com meu trabalho acadêmico.

Aos colegas do GEAPS e às professoras Sheyla Suely de Souza Silva e Jordeana Davi pela oportunidade de vivenciar tantas discussões produtivas, ao longo da experiência de aluna PIBIC cota 2014-2015. Com vocês, aprendi a importância da organização, da seriedade na busca pelo conhecimento, porém, sem perder a capacidade de sorrir. Obrigada pela diferença que vocês fizeram em minha vida.

Aos professores do departamento de Serviço Social por me proporcionarem sair alegoricamente como no mito platônico da caverna e, enxergar a realidade para além do aparente. A vocês minha gratidão por terem “aberto meus olhos”.

Aos meus colegas de sala por transformarem esse árduo processo formativo mais leve e feliz.

Aos funcionários do departamento de Serviço Social pela cooperação, presteza e bons tratos que sempre me dispensaram sempre que deles necessitei.

Enfim, agradeço à todos(as) que, por algum motivo, contribuíram para a realização desta pesquisa, bem como, àqueles(as) que se dispuseram a lê-la.

Eu só peço a Deus  
Que a dor não me seja indiferente  
Que a morte não me encontre um dia  
Solitário sem ter feito o que eu queria  
Eu só peço a Deus  
Que a injustiça não me seja  
indiferente  
Pois não posso dar a outra face  
Se já fui machucada brutalmente  
Eu só peço a Deus  
Que a guerra não me seja indiferente  
É um monstro grande e pisa forte  
Toda a pobre inocência dessa gente  
Eu só peço a Deus  
Que a mentira não me seja indiferente  
Se um só traidor tem mais poder que  
um povo  
Que este povo não esqueça  
facilmente.

Raul Ellwanger

Se parecer tua vida, inútil caminhar,  
lembra que abres caminho, outros te  
seguirão.

José Fernandes de Oliveira, SCJ

## RESUMO

O presente trabalho trata da temática da formação profissional, de modo específico, da particularidade da formação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba, cujo principal objetivo centrou-se na análise da apreensão do significado social da profissão, na formação acadêmica, em tempos de crise do capital. Para tanto, analisamos noventa e nove Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) em Serviço Social da referida Unidade de Formação Acadêmica (UFA) produzidos pelos concluintes para obtenção do título de bacharel, na década de 1990, momento em que hegemonicamente a profissão opta por uma nova direção social e matriz teórica metodológica marxiana que embasam os princípios do novo projeto profissional ético e político. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico, documental, exploratório, fundamentado teoricamente no método crítico-dialético, o qual possibilitou a apreensão do presente objeto de estudo na dinâmica histórico-concreta da realidade social, isto é, a apreensão da formação profissional considerando as dimensões da totalidade, particularidade e singularidade acerca da inserção do Serviço Social na formação sócio-histórica brasileira e suas transformações ao longo da história mediante as vicissitudes da lógica do capital na produção e reprodução das relações sociais e das decorrentes discussões no interior da profissão. Dos principais “achados” do estudo sobre a particularidade das sistematizações analisadas, cabe destacar: a não preocupação em discutir a formação profissional ou os fundamentos da profissão, a presença do ecletismo e a indefinição teórico-metodológica encontrada em muitas produções, a fragilidade da “intenção de ruptura” com o viés conservador nos TCC's e a apreensão ainda rudimentar do significado social da profissão e, neste sentido, da nova direção tomada hegemonicamente neste momento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação profissional; Significado Social; Serviço Social;



## **ABSTRACT**

The present work deals with the subject of professional training, specifically, the particularity of the training in Social Work at the State University of Paraíba, whose main objective was centered in the analysis of the apprehension of the social meaning of the profession, in the academic formation, in times of crisis of capital. In order to do so, we analyzed the Course Completion Works (TCC's) in Social Work of the said Academic Training Unit (UFA) produced by the graduates to obtain the bachelor's degree in the 1990s, when hegemonically the profession opts for a new social direction and Marxian methodological theoretical matrix that bases the principles of the new professional ethical and political project. It is a bibliographical, documentary, exploratory and field study, based theoretically on the critical-dialectic method, which made possible the apprehension of the present object of study in the historical-concrete dynamics of social reality, that is, the apprehension of the professional formation considering the dimensions of totality, particularity and singularity about the insertion of Social Service in the Brazilian socio-historical formation and its transformations throughout history through the vicissitudes of the logic of capital in the production and reproduction of social relations and the ensuing discussions in the interior of the profession. The main findings of the study on the particularity of the systematizations analyzed are: the significant number of works resulting from experience in the field of training, the non-existent approach to vocational training as the object of study in this period, and the strong presence of eclecticism in productions.

**KEY WORDS:** Professional training; Social Meaning; Crisis of capital

## SUMÁRIO

<b>1.0</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2.0</b>	<b>INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO...</b>	<b>13</b>
2.1	Sobre o percurso teórico-metodológico do estudo.....	13
2.2	Particularidade da inserção do Serviço Social no contexto brasileiro...	17
<b>3.0</b>	<b>CRISE DO CAPITAL E OS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....</b>	<b>33</b>
3.1	Aproximações à discussão da crise e os ditames neoliberais para as Políticas Sociais.....	33
3.2	Aproximações à discussão da crise do capital e às postulações pós- modernas.....	39
3.3	Rebatimentos da ofensiva neoliberal no ensino superior brasileiro e na formação dos(as) assistentes sociais.....	43
<b>4.0</b>	<b>ANÁLISE DOS TCC'S DA DÉCADA DE 1990 DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEPB.....</b>	<b>52</b>
4.1	Considerações sobre o Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).....	52
4.2	Sobre os principais "achados" dos TCC's do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).....	56
<b>5.0</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>6.0</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
	<b>APÊNDICE – Catálogo dos TCC's da década de 1990 do Curso de Serviço Social da UEPB.....</b>	<b>79</b>

## 1.0 INTRODUÇÃO

O projeto de formação expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 constitui um dos principais componentes que imprimem materialidade ao atual projeto profissional do Serviço Social, legitimando a direção social da profissão ao considerar o ser social em sua totalidade histórica numa compreensão ontológica da realidade e reconhecendo a centralidade da categoria trabalho para a produção e reprodução das relações sociais capitalistas, tendo como elemento fundamental a análise da particularidade brasileira numa perspectiva conjuntural, sendo as múltiplas expressões da “questão social” o objeto central do trabalho profissional.

Esse projeto ético-político gestado no fim dos anos 1970 e durante a década de 1980, foi consolidado a partir dos anos de 1990, apesar de apresentar muitos desafios mediante a crise do capital e suas reverberações na vida social, em especial, nas políticas públicas e sociais, por conseguinte, na educação superior com incisivas ações de mercantilização da educação e a promoção do conservadorismo.

Harvey (2011) aponta que a crise do sistema capitalista, a partir da década de 1970, trouxe mudanças nos mais diversos âmbitos da sociabilidade humana. O ideário neoliberal no âmbito político-econômico e a perspectiva pós-moderna no âmbito ideocultural ganharam forte adesão e subsidiaram uma forma de compreensão ôntica do real, em detrimento da desvalorização de perspectivas de análise conjuntural das relações sociais.

Decerto, considerando a particularidade brasileira, essas tendências repercutem no Serviço Social trazendo novos desafios para manutenção hegemônica de adesão à teoria social crítica. Por isso, a necessidade de aprofundamento nos estudos acerca da formação profissional, dado que esse processo se configura como o alicerce para compreensão e legitimação do projeto profissional, ademais, é durante a formação que esse projeto é materializado através dos componentes curriculares e das discussões acadêmicas, é nesse processo que se concretiza e se legitima a direção social da profissão.

O interesse pela referida temática adveio da experiência de monitoria no componente curricular Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social I, durante o ano de 2014, momento em que pude aprofundar as reflexões

acerca da inserção do Serviço Social na particularidade brasileira e suas transformações ao longo da história.

Essa experiência fomentou o desejo de aprofundar os estudos quanto à formação profissional e o aparato teórico-metodológico que acompanha esse processo ao longo do tempo. Esse intuito foi, ainda mais, instigado pelos eventos acadêmicos em que participei, nos quais o debate em torno da formação profissional e as postulações pós-modernas denotavam os desafios para a manutenção hegemônica da perspectiva crítica e do projeto ético-político em vigência. Essas discussões me motivaram a aprofundar e a debater a formação em tempos de crise do capital. Também contribuiu para o interesse na exploração da presente temática, a experiência, como aluna do projeto de iniciação científica PIBIC, cota 2014-2015, a partir dos debates e encontros realizados no Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais- (GEAPS) vinculado ao Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba.

A discussão da formação profissional em Serviço Social imprime grandes contributos para a própria compreensão do seu significado sócio-histórico, das mediações entre a profissão e as contradições inerentes a sua prática mediante a lógica do capital que incide tanto em suas demandas cotidianas como em suas condições de trabalho e respostas profissionais. Essa temática traz contributos teóricos imprescindíveis, dado que, para identificar essas mediações, se faz necessário mergulhar na historicidade da profissão, no estudo de diversas teorias das ciências sociais e suas postulações metodológicas, a compreensão das determinações e condicionamentos das políticas econômicas e das transformações societárias impetradas pelo capital que, no movimento da história, impõem novas demandas e configurações à formação e ao exercício profissional, como também o estudo da formação sócio-histórica brasileira. Neste sentido, e pesquisar sobre a formação profissional permite ao discente se aproximar de um leque de determinações e questões que interferem diretamente no perfil e na identidade da profissão a qual ele escolheu exercer.

Além disso, considera-se que estudar o processo de apreensão do significado social da profissão através da análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso como também um mecanismo de valorização da produção acadêmica, que neste aspecto entendido como uma síntese de todo processo formativo, de registro documental

que elucida o valor histórico que essas produções representam para compreensão do próprio curso e suas transformações, ao longo da história.

Nessa direção, a delimitação da década de 1990 justifica-se por ser um momento de amplo debate em torno dos fundamentos e da formação no interior da profissão, momento em que a nova direção social do curso e o desgaste com o tradicionalismo ganha força majoritária, trazendo novas composições metodológicas e a adesão à teoria social crítica. Ademais, se configura um momento de transformação políticas, sociais e econômicas no Brasil, ocasião em que o ideário neoliberal adentra o país e será norteador da lógica de governança. As produções acadêmicas ora analisadas, enquanto síntese de todo processo formativo, nos possibilita um arcabouço de informações que denotam como se dava esse debate (ou se não havia esse debate) no curso da instituição estudada. Sobre a escolha do Curso Social da UEPB, se deu pela experiência de graduação na referida instituição, além de ser o referido curso um dos mais antigos da região Nordeste e do país, o que demonstra sua importância e necessidade de dar ênfase a sua história.

Consideramos que tal análise possibilitará uma visão panorâmica de como a direção social do projeto ético-político se afirma ou não para esses prestes a se tornarem assistentes sociais, ou seja, que poderão em sua prática cotidiana ter um direcionamento condizente com os princípios políticos do projeto profissional ou meramente se subjugarão a lógica de mercado, favorecendo assim a negativa das conquistas históricas impetradas pela categoria, nas últimas décadas.

Além disso, cabe destacar que alguns dos principais “achados” da presente pesquisa reiteram a urgência em refletir sobre a formação profissional do assistente social diante da mercantilização e precarização do ensino superior no Brasil, as influências da ofensiva neoliberal na compreensão da vida social e da prática profissional. Nesse sentido, espera-se que um dos principais contributos deste estudo seja suscitar o interesse no estudo da formação profissional, bem como, atentar para a importância da “memória histórica” do curso registrada no acervo documental dos TCCs.

Nesse sentido, o presente TCC encontra-se estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo tem-se a abordagem acerca da inserção do Serviço Social na particularidade brasileira, no segundo debatemos os desafios para formação profissional crítica em tempos de crise do capital e, por último analisamos os

Trabalhos de Conclusão de Curso TCC's da década de 1990 em Serviço Social pela UEPB.

## **2.0 INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO**

### **2.1 Sobre o percurso teórico-metodológico do estudo**

Partindo do pressuposto, como recomenda a literatura crítica do Serviço Social, sobretudo, nas discussões referentes ao método crítico-dialético, de que a pesquisa da realidade social não se resume, tampouco se esgota no momento da coleta de dados, principalmente quando se trata de uma pesquisa em campo, o presente estudo inicia-se tecendo algumas considerações sobre o percurso teórico-metodológico deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trata-se de uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfica e documental sobre a formação em Serviço Social, cujo principal objetivo centrou-se na análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) do Curso de Serviço Social da década de 1990 da Universidade Estadual da Paraíba, visando identificar nessas produções acadêmicas caracteres que denotem a apreensão ou não do significado social da profissão por parte desses discentes concluintes.

As análises de cunho bibliográfico-documental deram-se mediante a revisão de literatura sobre o tema, considerando os principais autores, obras, publicações, artigos científicos e periódicos que abordam a referida temática no Serviço Social e áreas a fins, como também o marco legal e as diretrizes curriculares que hegemonicamente regem a formação profissional.

Para apreender especificamente, a particularidade da formação em Serviço Social, da referida Unidade de Formação Acadêmica (UFA), foi realizada uma pesquisa documental para catalogação dos noventa e nove TCC's do Curso de Serviço Social da UEPB, dos anos de 1990 a 1999, a qual se privilegiou a leitura dos seguintes itens das sistematizações: apresentação, introdução, referencial teórico, metodologia, conclusão e sugestões, categorizando área do objeto de estudo, modalidade, produção coletiva ou individual e suporte teórico-metodológico.

A opção por esses itens advém da compreensão que a produção acadêmica de conclusão do curso, como aponta Lima e Dahmer (2009) representa a síntese de todo o processo formativo. Desse modo, a concepção de profissão, do ser e fazer profissional, da relação teoria/prática, da abordagem quanto a "questão social", a prevalência da modalidade pesquisa ou da intervenção no campo de estágio,

também a escolha do arcabouço teórico metodológico estão presentes nesses tópicos e nos dão elementos que possibilitam a análise da temática proposta.

A escolha da referida década se deu por ser um momento importante para o Serviço Social brasileiro em que a intenção de ruptura com a herança conservadora é consolidada hegemonicamente, em que a direção social da profissão volta-se para as demandas das classes subalternas e há a defesa de uma nova legitimidade pautada numa formação crítica embasada no materialismo histórico e na teoria marxiana. Neste sentido, trata-se de uma década crucial para a afirmação do projeto profissional gestado a partir do final da década de 1970, ao longo da década de 1980.

Além disso, a década de 1990 traz um marco legal significativamente importante para legitimação e materialização desse projeto, com a promulgação da Lei 8.662 de 1993 que regulamente a profissão, também em 1993 temos a publicação do Código de Ética do Serviço Social, outro marco são as Diretrizes Curriculares que “após dois anos de debates (1994-1996) entre as 67 unidades de ensino filiadas à ABEPSS, foram aprovadas, na Assembléia Geral Extraordinária da ABEPSS, em 1996” (LIMA; PEREIRA, 2009, p.42).

A década de 1990 se destaca pelas transformações societárias e políticas por qual passara o país, com o processo de redemocratização, com a recém-promulgação da constituição federal, de eleições diretas e a vitória do então presidenciável Fernando Collor de Mellor que possibilitou a inserção da agenda neoliberal na política nacional, abrindo caminho para medidas que contrariavam a recentes conquistas expressas na constituição cidadã. O ideário neoliberal e suas postulações impactam as políticas sociais, por conseguinte, as políticas de ensino superior, infiltrando a lógica de mercado nos sistemas educacionais, direcionando a formação profissional e, neste sentido, trazendo ameaças para a reafirmação dessas conquistas impetradas pela profissão nessas ultimas décadas.

É interessante e importante analisar como todos esses fatores, políticos, sociais, ético, teórico e metodológico são compreendidos por esses futuros profissionais em seus trabalhos de conclusão, se compreendem a historicidade da profissão e suas transformações, ou seja, seu significado social. Outrossim, se conseguem ou não estabelecer e identificar as mediações nesse movimento entre a totalidade, a particularidade e a singularidade.



A análise do objeto de estudo em questão encontra-se fundamentado no suporte do método histórico-dialético considerando a totalidade social, o modo de produção dos bens materiais, o desenvolvimento das forças produtivas, os movimentos e contradições inerentes à vida social e as relações sociais capitalistas, tentando identificar suas mediações. Neste sentido, levaremos em consideração a materialidade dos fenômenos sociais e a historicidade do desenvolvimento social. Netto (2009, p.674) define o método marxiano como o “método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”. Para tanto, o referido autor expõe que o assistente social em sua prática deve utilizar de diversas técnicas que possam favorecer a atuação investigativa que ao considerar a totalidade social possa compreender o movimento da história a partir de três momentos. O primeiro refere-se à relação entre a dimensão global e a particularidade, ou seja, a formação sócio-histórica daquela dada sociedade. Em segundo lugar, identificar as mediações que vinculam aquele fenômeno estudado as suas dimensões mais gerais. O terceiro momento se configura como a capacidade que o profissional deve desenvolver de compreensão crítica da realidade.

Como toda pesquisa, a mesma resulta de inquietações e questionamentos feitos ao real durante o processo de formação, incluindo aqui, não apenas o cotidiano de sala de aula, mas, também, a experiência de estágio supervisionado, bem como a participação em grupos de estudo, palestras e atos políticos que problematizavam seja as questões relacionadas especificamente aos fundamentos do Serviço Social seja aquelas referentes às tendências das políticas sociais, de modo específico, a política de ensino superior.

Nesse sentido, alguns dos principais questionamentos foram: “de que modo, nós, discentes de Serviço Social, compreendemos o significado social da profissão, sobretudo, em tempos de crise do capital?”; “Como se expressa essa apreensão nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs)?”; “Será que o significado social da profissão vem sendo apreendido na perspectiva endógena ou na perspectiva da totalidade?”; “Qual a relação entre formação, ensino superior e o Serviço Social?”.

Para empreender possíveis “respostas” aproximadas às referidas inquietações, buscou-se se apropriar, dentro das possibilidades do nível de graduação as determinações sócio-históricas que influenciaram o surgimento e a institucionalização do Serviço Social na particularidade brasileira, evidenciando a “questão social” e as mudanças de tratamento empreendida pelo Estado capitalista

pela via respostas para além da repressão, como movimentos importantes para compreender a constituição da profissão. Nessa direção, o esforço deu-se em torno do diálogo com autores como José Paulo Netto e Marilda lamamoto.

Ainda nesse percurso, buscou-se apreender, de forma contextualizada, algumas das principais mudanças ocorridas na profissão durante o processo denominado por José Paulo Netto de “Renovação do Serviço Social brasileiro”, durante a vigência da ditadura militar e, nesse contexto, a apreensão da formulação da proposta de ruptura com a herança conservadora do Serviço Social, entre as décadas de 1970 e 1980, momento em que a profissão “descobre” a teoria social crítica ao método do materialismo dialético e, por conseguinte, passa a compreender a profissão dentro das contradições do sistema capitalista. Aqui, acentua-se, como resultado do referido processo, a construção de um novo projeto profissional consolidado hegemonicamente na década de 1990 e materializado nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), na regulamentação da profissão e no Código de Ética do Assistente Social.

Agarrando-se no pressuposto teórico da profissão como realidade vivida e representa, porém, historicamente determinada, como descobre lamamoto e Carvalho (2011), discorreu-se sobre a relação entre as transformações societárias dos anos de 1990, desencadeadas a partir da crise estrutural, a ofensiva neoliberal e a profissão de Serviço Social evidenciando as inflexões da referida ofensiva sobre a política de educação superior, quais as reverberações sobre a formação profissional, desde o acesso a universidade pública, gratuita e de qualidade como direito social, até as medidas voltadas para a mercantilização do saber, inclusive trazendo desafios para importância da unicidade necessária entre ensino, pesquisa e extensão para o aprendizado no âmbito acadêmico.

Ainda nessa direção, debateu-se, as influências do neoliberalismo, também no plano ideológico ao destacar as elaborações pós-modernas acerca da compreensão da vida social centrado na análise microssocial dos fenômenos sociais, na flexibilização da racionalidade trazendo elementos que remetem a imediatividade, fluidez e descontinuidade das relações e do mundo social, alocando a análise no campo da aparência e na mercantilização do saber. Essa perspectiva contraria a defesa de uma compreensão ontológica do real, deslegitimando as análises macrossociais, contrariando portanto, os princípios teórico-metodológicos e

políticos defendidos pelo Serviço Social brasileiro a partir do movimento de intenção de ruptura na década de 1980.

Levando em consideração tais mediações, buscou-se analisar a produção acadêmica exigida para conclusão da formação profissional e recebimento do título de bacharel em Serviço Social: os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's), da UEPB da década de 1990, a fim de identificar a apreensão ou não do significado social da profissão, ao longo do processo formativo. Uma das principais mediações para apreensão da particularidade do Serviço Social na referida UFA centrou-se nas discussões sistematizadas na obra fundamental de de Ferriz et al. (2014) que aborda de forma pioneira a história do Curso de Serviço Social em Campina Grande, desde a sua criação até sua inserção no âmbito acadêmico, trazendo e elucidando sua importância para a referida cidade.

## **2.2 Reflexões sobre a inserção do Serviço Social na particularidade brasileira**

O Serviço Social emerge nas relações sociais brasileiras marcado por caracteres que não podem ser dissociados da conjuntura de transformações político-econômicas pelas quais passava o país, entre o fim do século XIX e as quatro primeiras décadas do século XX, gênese do “projeto de modernização relativa do país” do desenvolvimento do mercado interno, dos investimentos na industrialização nacional e do contínuo processo de falência da economia cafeeira (COSTA, 1999).

Sobre a particularidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, Florestan Fernandes (2006, p.37) questiona sobre a existência ou não de uma “Revolução Burguesa” brasileira e como o país iria “organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva”. Nessa direção, nosso autor sustenta que:

(...) Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução Burguesa, neste sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil. (FERNANDES, 2006, p.37)

Com a gestação e consolidação da política republicana, intensificam-se as críticas à escravidão, à centralidade do poder político e à relação da Igreja Católica

com o Império. A abolição da escravidão no Brasil - regularizada no ano de 1888 enquanto fruto da luta dos abolicionistas e da pressão das economias internacionais, principalmente dos ingleses - e a vinda de imigrantes europeus, conforme aponta Mazzeo (1988), constituem alguns dos principais condicionantes para o processo de universalização do trabalho assalariado e da perspectiva de modernização brasileira vislumbradas nos processos político-econômicos de abolição e constituição da República.

Ainda sobre a escravidão e a influência dos ingleses, cabe registrar que, ao contrário do Brasil que mantinha até então sua principal base econômica na agricultura e no trabalho escravo, a Inglaterra já desenvolvia o processo da Revolução Industrial e da mais-valia como principal fonte de lucratividade na produção. Por ter uma relação de forte influência política no Brasil, com o interesse inclusive de ampliar essas relações e o mercado comercial, os ingleses pressionaram o país utilizando de um discurso humanizado para a necessidade de superação dessa mão-de-obra escrava. Vale ressaltar que as próprias mudanças conjunturais já demonstravam a escravidão como algo inapropriado para a ideia de modernização nacional (COSTA, 1999). Neste sentido, Florestan Fernandes aponta que:

(...) se não todas, pelo menos uma parte considerável das potencialidades capitalistas da grande lavoura foram canalizadas para o crescimento econômico interno, permitindo o esforço concentrado da **fundação de um Estado nacional**, a intensificação concomitante do desenvolvimento urbano e a expansão de novas formas de atividades econômicas, que os dois processos exigiam. (FERNANDES, 2006, p.37, grifo nosso)

Desse modo, estabelecida a Primeira República no Brasil, houve, até o ano de 1930, uma sucessão de presidentes de origem militar ligados aos grandes latifundiários. A historiadora Emília Viotti da Costa (1999, p.402) aponta que "(...) nos primeiros anos do século XX a conjuntura internacional iria favorecer o desenvolvimento do militarismo. A mística militarista ganharia um notável reforço".

A referida autora aponta ainda que nessa direção particular brasileira, os primeiros republicanos brasileiros conquistaram o poder e governaram sem a participação popular e sem as demandas das classes subalternas, mantendo-se a desigualdade social, de terra e o poder político vinculado aos interesses das oligarquias agrárias e, gradativamente da burguesia emergente, que já buscava novas configurações e relações comerciais para manutenção de seus privilégios.

Neste contexto, os escravos, agora libertos, ou se aglomeraram nos subúrbios e lugares insalubres das cidades ou se mantiveram nas fazendas de seus ex-senhores a receber salários insignificantes. Como discorre Costa (1999, p.14):

promovida por brancos, por mulatos e pretos que tinham sido assimilados pelas elites, a abolição liberou os brancos do peso da escravidão e abandonou os ex-escravos à sua própria sorte. Os maiores beneficiários foram, uma vez mais, as elites e a sua clientela.

Enquanto isso, os imigrantes ocupavam progressivamente as vagas de trabalho nas fazendas e, principalmente, nas recentes indústrias do país. Diferentemente da mão-de-obra brasileira, marcada pelos traços da escravidão num contexto de economia rural, os europeus que, em seus países de origem, já lidavam como as relações de trabalho capitalistas - ou seja, eram trabalhadores livres que vendiam sua mão-de-obra como mercadoria - possuíam uma consciência de classe, de luta social e acesso a mecanismos de educação diferenciados, inclusive surgindo no Brasil, no início do século XX, "jornais e panfletos operários" (COSTA, 1999, p.424). Sobre a luta por direitos trabalhistas no Brasil, a historiadora Emília Viotti aponta que:

(...) Em 20 de março de 1919, Rui Barbosa, numa conferência pronunciada no Teatro do Rio de Janeiro, falava sobre questão social e política brasileira. Chamando a atenção para o fato de que as leis trabalhistas eram sempre inutilizadas pela má vontade dos grupos dominantes(...) Uma parte da sociedade adquiria consciência de que existia uma questão social que era preciso resolver. A imprensa promovia inquéritos sobre as condições de vida dos trabalhadores. As ideias socialistas encontravam um número maior de adeptos. (COSTA, 1999, p.424)

Nesse contexto brasileiro, o processo imigratório favoreceu a articulação entre os operários em vista da luta por melhores condições de trabalho (salários dignos, menor carga horária, ambientes menos insalubres) objetivando, ademais, o desenvolvimento de uma consciência de classe e a aversão à condições de trabalho análogas a escravidão. Quanto à relação de classes Florestan Fernandes (2006, p.298) elucida que:

A economia brasileira se relacionou com a expansão do capitalismo monopolista segundo a forma típica que ela assumiu com referência à parte mais pobre, dependente e subdesenvolvida da periferia. (...) Operando diretamente, por meio de filiais, ou mediante concessionárias, as grandes corporações surgem, aqui, quase simultaneamente ao seu aparecimento nas economias centrais, explorando segmentarmente uma vasta gama de objetivos especulativos.

Silva (2014) expõe que a elite brasileira, representada em sua maioria pelas grandes oligarquias agrárias, possuía uma mentalidade eminentemente escravagista que tendia a ser transferida para a relação com os trabalhadores livres, de modo que muitos patrões lhes davam o tratamento semelhante aos de escravos. Esse tratamento, contudo, fora veementemente repudiado pela classe trabalhadora, o que evidenciou a disparidade entre as classes, gerando inúmeros conflitos entre os operários e seus respectivos patrões, contribuindo para a mobilização e organização a fim de lutar por suas demandas e melhores condições de trabalho.

Uma das questões centrais a destacar desse processo de particularidade da formação sócio-histórica brasileira refere-se ao fato de que a modernização do país, se deu amparada pela ideologia das elites e dos valores da classe dominante, sem considerar as demandas das classes populares, processo denominado por Florestan Fernandes (2006) como “modernização conservadora” no Brasil e, configurando assim o que Mazzeo (1988) define como “revolução pelo alto”.

É nesse cenário de transformações que emerge o Serviço Social no Brasil como uma estratégia de atenuação dos conflitos de classe e de enfrentamento das expressões da questão social, cada vez mais pujantes, e que ameaçavam a ordem social. Silva (2014, p.28), ao abordar as expressões da questão social e o surgimento do Serviço Social no Brasil, defende que “tal vinculação não existe por acaso, mas como resultante de uma relação histórica” e que, nessa perspectiva, faz-se necessário a apreensão da formação social brasileira para identificarmos em qual momento a questão social:

(...)ganhou materialidade (objetividade) e protagonismo (subjetividade), isto é, expressão e legitimidade no desenvolvimento do processo capitalista de produção, tornando-se inclusive base inegável para o surgimento do Serviço Social como profissão (SILVA, 2014, p.28).

Netto (2007), ao discorrer sobre o surgimento da profissão, sustenta que não há necessariamente uma relação direta entre questão social e Serviço Social, mas uma relação entre questão social, estágio monopolista do capitalismo e Serviço Social. Assim, o autor elucida que, sob um ângulo universal, somente na ordem societária monopólica são gestadas as condições sócio-históricas indispensáveis “para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que

se possam mover práticas profissionais como as do assistente social” (NETTO, 2007, p.73). Para o referido autor:

(...) a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’, vincula-se à dinâmica da ordem monopólica (...) e **dinamizada pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro desta ordem.** (NETTO, 2007, p.73 e 77 grifo do autor)

Nesta direção, Netto (2007) defende a tese de que a institucionalização da profissão esta perpassada pelas demandas da ordem do desenvolvimento capitalista em seus moldes monopolistas, não sendo meramente uma tecnificação da filantropia e/ou da caridade, mas, pelo contrário, tendo as políticas sociais públicas como o campo de atuação desses agentes que, inicialmente, atuarão como “executores terminais” das referidas políticas. Defende ainda que a profissionalização do Serviço Social não possui uma dimensão a-histórica cuja atuação e perspectivas não dependem exclusivamente do posicionamento dos profissionais, enquanto trabalhadores assalariados inseridos dentro dessa lógica macroscópica.

Neste sentido, o surgimento do Serviço Social no Brasil deve ser analisado em sua correlação direta com a visibilidade das manifestações da questão social, considerando como o “Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da ‘questão social’ de forma a atender às demandas da ordem monopólica” (NETTO, 2007, p.30). Seguindo os passos do referido autor, Ortiz (2010, p.67) afirma que embora, “a ‘questão social’ seja historicamente anterior ao capitalismo monopolista, foi somente em seu âmbito que suas sequelas puderam se transformar em objeto de intervenção da esfera pública”. Tal compreensão no contexto da realidade brasileira se dará a partir da sua formação social e suas transformações no campo da história com suas interfaces na economia, política, cultura, moral, religiosidade etc.

Mas, o que a profissão apreende sobre a questão social, numa perspectiva crítica? Quais elementos a configurariam? Sobre isso, Iamamoto (2011, p.72) retrata que “a lei geral da acumulação supõe a acumulação da riqueza, monopolizada por uma parte da sociedade – a classe capitalista - inseparável da acumulação da miséria e da pauperização daqueles que produzem a riqueza como uma riqueza alheia”. De acordo com Netto e Braz (2012, p.149-150) a “questão social” deriva da

lei geral da acumulação no modo de produção do capital em que há “simultaneamente um enorme crescimento de riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza” e que não estar dissociado das relações sociais já que “a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários”. Neste sentido, podemos considerar a “questão social” como o conjunto das expressões manifestas nas relações sociais capitalistas enraizadas nas contradições entre capital e trabalho e suas consequências na vida dos indivíduos. A “questão social” tornar-se, neste sentido, o objeto central do Serviço Social.

Silva (2014), em sua obra “Questão Social e Serviço Social no Brasil”, defende que os genes da questão social remetem ao Brasil-Colônia mesmo que se apresentando de forma ainda latente, dada as relações sociais pautadas nas desigualdades entre os detentores das terras e dos meios de lucratividade econômica que geravam na sociedade grande instabilidade e reflexos de violência e injustiças, o que incitava as lutas sociais através de movimentos de massa.

Tal compreensão tem fundamentos na realidade objetiva, sobretudo, se levarmos em consideração as reflexões de Mazzeo (1988) sobre as relações sociais do Brasil-Colônia. Para este autor, mesmo o país não apresentando caracteres de uma economia feudal, mas também não genuinamente capitalista, a “descoberta” e exploração do “Novo Mundo” estava inserido dentro do novo ordenamento mundial de uma economia mercantilista que buscava no domínio de novos territórios e extração de especiarias a sustentação para o apogeu da nova ordem econômica ocidental pautada no comércio e na produção de bens e serviços. Neste sentido, aponta que:

(...) a produção escravista instalada na América e, portanto, no Brasil, não se constitui em um modo de produção distinto do capitalista mas, ao contrário, estrutura-se como um **tipo específico de capitalismo**. Um capitalismo de extração colonial e escravista que objetiva o mercado externo, grandes lucros e, fundamentalmente, que utiliza a mais-valia que expropria do escravo para investir na produção açucareira e agrária, em geral. (MAZZEO, 1988, p.11, grifo nosso)

Essa compreensão que reitera a especificidade da economia brasileira durante o período colonial e que se estenderá até a Abolição ratifica a ideia defendida por Silva (2014) de que, neste período da historicidade brasileira, a questão social era apenas latente, se tornando explícita a partir do Estado Novo



junto às novas configurações da formação social brasileira, expressas na priorização do desenvolvimento industrial como mecanismo de desenvolvimento nacional, na primazia do trabalho assalariado, na organização dos movimentos de esquerda, no grande fluxo de êxodo rural e, por conseguinte, a ocupação das cidades promovendo a urbanização dos centros industriais.

Nessa direção, é na conjuntura da década de 1930 que a “questão social” deixa de ser “caso de polícia” para se tornar “caso de política”. Na análise de Silva (2014, p.33), é neste contexto que a “questão social” ganha “visibilidade e legitimidade, tardiamente, no Estado Novo, com o protagonismo da classe operária”. A referida autora, ainda, enfatiza que a grande crise do capital, em 1929, com a queda da bolsa de valores de Nova York aliada ao início da produção do café, em países europeus, desestabilizou definitivamente a comercialização desse produto no Brasil com a diminuição da exportação, a derrocada dos preços e o déficit no escoamento da mercadoria.

O Brasil estava em plena transição: tratava-se do desabrochamento da indústria brasileira, que traz além de inovações no mundo da produção uma nova mentalidade capitalista para os negócios, que vinha se implantando lentamente desde o final do século XIX. Desenvolvimento que substituiu um modelo econômico baseado na exportação/importação por uma valorização do mercado interno. (...) Pelo quadro da crise pode-se facilmente deduzir a decadência das elites agrárias e a ascensão da burguesia industrial decorrente da crise do café. (SILVA, 2014, p.87)

Costa (1999) aponta que esse processo, que culminou no declínio da economia cafeeira, alavancou a perspectiva da modernização e industrialização do país, o crescimento do comércio com a ascensão da burguesia emergente, a formação do proletariado, as contradições entre os vários setores da produção e o aparecimento de novas ideologias o que proporcionou a denominada “Revolução de 30” e inaugurou um novo período na história do Brasil” (COSTA, 1999, p.490).

Os investimentos direcionados ao desenvolvimento da indústria brasileira evidenciaram as manifestações da questão social, as lutas de classes se acentuaram, os movimentos sociais, principalmente, dos operários e da esquerda foram ganhando organização e força. Como exemplos desse processo gradativo de organização do trabalho, pode-se citar o surgimento do Partido Comunista do Brasil, em 1922, e seu apoio, em 1935, à fundação da Aliança Nacional Libertadora

(ANL)<sup>1</sup> enquanto organização de esquerda que visava articular os trabalhadores na luta por suas demandas, pela superação da exploração do trabalho e da forma de governo pautada nessa ordem econômica.

É importante ressaltar o aspecto ditatorial e nacionalista do governo de Vargas que, de acordo com (SILVA, 2014), constituem caracteres próprios das influências do totalitarismo, nazismo e fascismo em nível mundial, que pregavam o desenvolvimento econômico das nações, com domínio ditatorial do Estado sobre a vida social, a moral e econômica.

Ademais, a relação entre o governo varguista e os trabalhadores “constituiu o fenômeno chamado de ‘populismo’” (DIVALTE, 1999, p.79) já que, nesse período, os trabalhadores através de sua organização e lutas conseguiram efetivar alguns direitos sociais, como: direito a greve, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), direito a férias, ao 13º salário, descanso remunerado, jornada de trabalho de oito horas diárias, aposentadoria etc. O que ao mesmo tempo desagradou parte da elite nacional que pressionava o governo por medidas mais ásperas aos trabalhadores e favoráveis ao mercado. A concessão desses direitos se constitui como uma forma de controle estatal e de amenização dos conflitos, neste sentido, lamamoto (2011, p.141) discorre que,

A tentativa de controle da organização do proletariado implica que este seja reconhecido pelo Estado enquanto classe, e enquanto classe social espoliada. Implica leis de exceção que rompa a ortodoxia liberal, intervindo abertamente no mercado de trabalho. A hegemonia burguesa não pode basear-se apenas na coerção, necessitando estabelecer mecanismos de integração e controle.

É nesse contexto que as pioneiras do Serviço Social iniciaram as atividades no Brasil, intimamente ligadas à iniciativa e interesse da Igreja Católica. Tal interesse advinha da necessidade da renovação do catolicismo brasileiro que havia perdido parte do seu poder e influência devido ao rompimento com o Estado Republicano refletido na constituição republicana de 1891, a qual legalizou o casamento jurídico civil e a laicização do Estado. Tais medidas desagradaram fortemente os representantes da Igreja Católica que não “queria ser confundida com

---

<sup>1</sup> Esse movimento foi reprimido violentamente pelo Estado, tendo realizado a prisão de alguns de seus maiores líderes como Carlos Prestes e sua esposa Olga Benário que então grávida foi enviada a Alemanha, por ter ela descendência judia, foi assassinada num campo de concentração nazista.

crenças e religiões menores; não depois de ter exercido o poder por séculos como a religião oficial do Brasil” (SILVA, 2014, p.100).

Silva (2014) discorre que assim, objetivando reconquistar o espaço perdido na sociedade e a relação amistosa com o Estado, sob a influência da filosofia humanista cristã e da Doutrina Social da Igreja, o catolicismo brasileiro reformulou sua prática e se dedicou a intermediar as relações entre o Estado, os trabalhadores, camponeses e a elite nacional, com o objetivo de disseminação da fé, reafirmação da moral cristã e dos valores católicos.

De acordo com Ortiz (2010), essa parceria amistosa entre o Estado e a Igreja era vista de forma positiva pelo então presidente Getúlio Vargas que vislumbrava essa instituição como influente para manutenção da ordem social, na harmonização dos conflitos de classe e para sacralização do seu poder político dado o poder ideológico repassado pela Igreja. Tal relação se configurava, portanto, numa troca de favores crucial para expansão midiática e de legitimação do domínio de ambos. Ademais, como mecanismo de combate as ideologias de esquerda como o marxismo, comunismo, socialismo, anarquismo. Para tanto, aderiu-se a Doutrina Social da Igreja Católica manifesta nas encíclicas supracitadas.

É importante destacar, como ensina Netto (2007), que a Igreja Católica é partícipe do processo de surgimento e institucionalização do Serviço Social o que não se iguala à condição de fundante da profissão no Brasil. Esse traço de partícipe do processo se expressa, dentro outras questões, na:

(...) criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), destinado a forjar uma superior militância católica mercê de uma ampla mobilização direcionada à recuperação, pela Igreja, da sua influência e dos seus privilégios. O CEAS foi considerado como vestíbulo da profissionalização do Serviço Social no Brasil – e aqui também, como no caso chileno, o trabalho de organização e preparação dos leigos se apoia numa base social feminina de origem burguesa respaldada por assistentes sociais belgas, que ofereceram a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social. (CASTRO, 1984, p.96)

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil foram criadas, em 1936, em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 1937, fortemente atreladas à Igreja Católica, com caracteres de base confessional, vocacional, caritativa e filantrópica, com público eminentemente feminino e membros da burguesia que encontravam nas instituições do setor público - maior campo de atuação - tendo destaque as instituições assistenciais e previdenciárias. Como expõe Silva (2014): “Foi com esse Brasil que

as pioneiras do Serviço Social se depararam na sua intervenção profissional (...) Um país de novas ideias(...) de classes sociais desiguais(...) com graves expressões da questão social” (p.102) reflexo do trabalho em locais insalubres, no trabalho infantil e feminino, em jornadas de trabalho extensas e intensas, nas condições precárias de moradia, salário e subsistência, o pauperismo, da desigualdade social etc.

As ações assistencialistas frente às expressões da questão social tornavam-se uma das importantes ferramentas do empresariado no Estado Novo às manifestações nefastas do modo de produção capitalista (SILVA, 2014) que, neste período, já se configurava como primazia da economia nacional, aparentemente conscientes de que as ações meramente coercitivas e repressivas aplicadas na Primeira República eram insuficientes para responder e minimizar os reveses sociais oriundos do antagonismo de classe.

Assim sendo, atrela-se a necessidade do Estado de manter o ordenamento social com o anseio da Igreja Católica em retomar seus privilégios, disseminar a fé cristã e sua moral, como também, os interesses do mercado com a expansão da burguesia, enfrentamento do conflito de classes e combate as ideologias de esquerda, principalmente as ideias socialistas, combatidas efetivamente no capitalismo monopolista, como aponta Florestan Fernandes (2006).

Nesse sentido, cabe ressaltar que o ponto comum entre o Estado, a Igreja “unidos pela preocupação comum de resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.166) e o mercado era manter a normatização social pela via da sujeição moral, do regramento dos indivíduos, valorização das instituições, como: a família, o Estado, a educação escolar etc. Ademais, era fundamental minimizar a perspectiva revolucionária vislumbrada pelas organizações de esquerda que poderiam trazer qualquer risco a manutenção das relações capitalistas. O resultado esperado, neste sentido, era o controle social e a harmonização entre as classes, com o predomínio dos interesses da elite burguesa, como apontam Iamamoto e Carvalho:

O Estado assume paulatinamente uma organização corporativa, canalizando para a sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares, para, em nome da harmonia social e desenvolvimento, da colaboração entre as classes, repolitizá-las e discipliná-las, no sentido de se transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista.  
(IAMAMOTO; CARVALHO p.141, 2011)

A burguesia no capital monopolista alia-se e controla as instituições a fim de exercer seu papel ordenador sobre os indivíduos. O processo de profissionalização do Serviço Social se configura como estratégia para reprodução dessa ideologia moralizante e naturalizante das relações sociais. O Serviço Social surge com o campo de atuação dos assistentes sociais junto aos trabalhadores e os desvalidos, mas, direcionado e determinado pela burguesia, o Estado com o apoio da Igreja Católica, sendo o este o principal empregador desses profissionais.

Por parte dos agentes, a prolongada convivência com as práticas conservadoras e as alianças historicamente construídas com a burguesia acabaram por naturalizar a prática do Serviço Social como uma prática burguesa, sempre subordinada à burguesia ou por ela determinada. O fato de ser operado durante anos seguidos com uma identidade atribuída pelo capitalismo, sem um projeto profissional próprio e específico, marcou historicamente o Serviço Social como uma profissão complementar, a serviço de terceiros, representando permanentemente formas mistificadas de repressão e controle. (MARTINELLI, 1993, p.139)

Ortiz (2010, p.88) defende que a vinculação da profissão ao “projeto reformista- conservador”<sup>2</sup> engendrou as bases necessárias para a “constituição de uma definida imagem social, na medida em que tal processo exigiu a formatação de um determinado perfil e ethos profissional capaz de responder às requisições sócio-históricas desse projeto”.

A constituição desse perfil e *ethos* se dá embebido pelo pensamento conservador presente na profissão desde as suas origens. Inicialmente, a principal influência do Serviço Social brasileiro adveio do Serviço Social europeu, especificamente do franco-belga (CASTRO,1984), marcado pela Doutrina Social da Igreja Católica e pela filosofia neotomista, tendo como pilares a defesa da harmonização entre as classes, o direito a propriedade privada e a primazia dos valores morais (SILVA, 2014).

Seguindo e entrecruzando-se com essa perspectiva conservadora, tem-se, no contexto dos anos de 1940, - a adesão da profissão à matriz do Serviço Social norteamericano, com a influência das Ciências Sociais, principalmente da corrente

---

<sup>2</sup> Para Ortiz (2010) ao examinar a historicidade brasileira particularmente a partir das três primeiras décadas do século XX percebe-se as mudanças nas relações do Brasil com o capitalismo mundial, num processo de inserção no cenário de desenvolvimento monopolista e de industrialização da economia. Todavia, esse projeto de modernização, segundo a autora, apresenta um caráter reformista-conservador por reafirmar e reproduzir questões características da particularidade histórica brasileira, como: coronelismo, escravismo, dependência diante dos países centrais, feição antidemocrática, mudanças “pelo alto” e uma “lógica do favor” que se sobrepõe a garantia de direitos.

positivista-funcionalista, da Psicologia e da Psicanálise. Nessa perspectiva, os “problemas sociais decorrentes das contradições do modo de produção capitalista são concebidos como meros desajustes sociais do indivíduo” (SILVA, 2014, p.120), defendendo, dessa maneira, a culpabilização da própria classe trabalhadora pelas mazelas sociais advindas da forma de (re)produção de riqueza capitalista.

Fundamentado pelas referidas concepções de vida social, o Serviço Social brasileiro envereda metodologicamente numa prática fragmentada expressa nos moldes do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, tratando a ‘questão social’ de modo “residual” (SILVA, 2014). Tal fragmentação endossa a defesa de uma “proposta interventiva centrada na ideia de educar o cidadão, grupo, ou comunidade para integrá-los à promessa de desenvolvimento e progresso” (SILVA, 2014, p.123).

No final da década de 1950, sob as determinações do capital para enquadrar o Brasil nos trilhos do desenvolvimentismo, o país passa por um momento de grande instabilidade econômica, política e ideológica no contexto de intensificação da luta de classes expressa, de um lado, na articulação do movimento operário, das lutas camponesas por melhorias das condições de vida, e por outro lado, no combate efetivo da classe dominante às ideologias e movimentos de esquerda. Nessa direção, o movimento da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” - com forte envolvimento da burguesia, da Igreja Católica e da classe média - disseminou uma lógica conservadora de valores morais e combate as ideologias e grupos de esquerda que deu sustentação “popular” ao Golpe Militar de 1964.

Netto (2011, p.137) aponta que “o quadro econômico-social do final dos anos cinquenta, em plena alavancagem da industrialização pesada” coloca em xeque demandas de intervenção sobre ‘questão social’ que transbordavam as práticas enrijecidas dos assistentes sociais brasileiros o que favoreceu a sinalização de erosão do Serviço Social ‘tradicional’ a partir de três elementos, sendo eles:

a necessidade de aperfeiçoar o aparelhamento conceitual (...), elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais, (...) a reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento. (NETTO, 2011, p.139)

O referido autor destaca, todavia, que concomitantemente a esses sinais de erosão, no interior da profissão, ainda havia forte adesão ao Desenvolvimento de Comunidade, de modo que vislumbra-se, no primeiro lustro dos anos sessenta, um “duplo e simultâneo movimento: o visível desprestígio do Serviço Social ‘tradicional’

e a crescente valorização do que parecia transcendê-lo no próprio terreno profissional, a intervenção no plano 'comunitário" (NETTO, 2011, p.140-141). Levando-se em consideração que não havia uma compreensão homogênea do desenvolvimentismo e tampouco do Desenvolvimento de Comunidade, com a instauração do Golpe de 1964, as vertentes do Desenvolvimento de Comunidade que se revelavam compatíveis com os limites da autocracia burguesa encontraram um campo aberto para seu florescimento.

Cabe ressaltar que esses sinais de erosão ou crise do Serviço Social tradicional são adensados, como lembra Netto (2011, p.139), por alguns vetores como o "amadurecimento de setores da categoria profissional; (...) o desgarramento de segmentos da Igreja Católica em face do seu conservadorismo tradicional e a emergência de 'católicos progressistas'", além do espraiamento do movimento estudantil, que faz seu ingresso nas escolas de Serviço Social.

Mediante o golpe, como aponta Netto (2011, p.26), o Estado concretiza o chamado "pacto contra-revolucionário" como forma de "assegurar o esquema de acumulação (...) em proveito do grande capital, fundamentalmente dos monopólios imperialistas". O golpe da autocracia burguesa desenvolveu um processo de crescimento da economia de capital internacional com privatizações de empresas estatais e intensificação da abertura da economia nacional para os grandes monopólios. Principalmente, do capital norte-americano que investiu, apoiou e acompanhou o golpe. Neste sentido, Netto (2011, p.29) expõe a "dupla funcionalidade do Estado pós-64 e o seu caráter essencial: ele é antinacional e antidemocrático". Para o Serviço Social,

Trata-se de um cenário, em primeiro lugar, completamente distinto daquele em que se moveu a profissão até meados dos anos sessenta (...) é inconteste que o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinaliza uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. (NETTO, 2011, p.128).

Cabe destacar que esse período autocrático burguês, momento histórico em que se processa a Renovação do Serviço Social brasileiro, constitui uma fase de laicização do ensino e de ampliação nacional do mercado de trabalho para os

assistentes sociais, em que o Estado continua sendo o grande empregador, mas, iam adentrando progressivamente na esfera privada mercantil<sup>3</sup>. Esse processo exigiu do Serviço Social brasileiro a modernização da sua prática, com técnicas específicas. Entretanto, Netto aponta que essa modernização se deu de forma conservadora, pois o perfil de profissional exigido pela política da autocracia burguesa centrava-se num “assistente social moderno”, “com um desempenho onde traços ‘tradicionais’ são deslocados e substituídos por procedimentos ‘racionalistas’”. (NETTO, 2011, p.123).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a denominada vertente “modernizadora” do processo de renovação acaba “dando as mãos” com a política dos militares. O referido autor aponta que as formulações da perspectiva modernizadora - materializadas nos documentos de Araxá e Teresópolis - têm como objetivo “modernizar” a profissão a partir das matrizes teórico-operativa e de aprimoramento das técnicas, métodos, objetivos do agir profissional. Tem-se, portanto, uma centralidade no tecnicismo, na formulação de modelos de intervenção e defesa na neutralidade ou asepsia ideológica. Assim sendo, com tal perspectiva, “o lastro conservador não foi erradicado do Serviço Social (...) ela explorou particularmente o seu vetor reformista” (NETTO, 2011, p.202).

Também nessa direção, segue a segunda vertente renovadora denominada por Netto (2011) de “reatualização do conservadorismo”- a qual fundamentou-se na matriz teórica da fenomenologia,- uma vez que mesmo reivindicando um afastamento do positivismo e seus desencadeamentos, tal vertente acaba repondo o conservadorismo profissional sob novas roupagens.

É somente com a vertente renovadora da “intenção de ruptura” que tem-se as possibilidades de ruptura com o histórico monopólio do pensamento conservador na profissão. Essa vertente emana no âmbito universitário com significativas produções acadêmicas e politicamente caracteriza-se pelo repúdio/oposição à autocracia burguesa e seus desmandos. De acordo com Netto (2011, p. 250 e 270) a perspectiva de ruptura apresenta novas bases com o “projeto de romper

---

<sup>3</sup> Netto (2011) aponta que o mercado de trabalho para os assistentes sociais aberto durante o Estado Novo e ampliado nas décadas de 40 e 50 com os investimentos na industrialização pesada no Brasil, foi consolidado nacionalmente durante o período autocrático burguês, através das reformas a priori no sistema previdenciário, a inserção desses profissionais nos serviços públicos, também com a atuação nas médias e grandes empresas. Ademais, aponta ainda que dada a refuncionalização e a expansão, o ensino superior público e privado alavancou como nunca a oferta de cursos de Serviço Social e que só entre as décadas de 1960 e 1970 o número de estudantes de Serviço Social passaria de 1.289 para 6.352.



substancialmente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais” e substancialmente “sempre esteve em rota de colisão frontal com a autocracia burguesa”. Desse modo,

As bases sociopolíticas da perspectiva da intenção de ruptura estavam contidas e postas na democratização e no movimento das classes subalternas derrotadas em abril (...) ou seja: esta perspectiva expressa geneticamente, no plano do Serviço Social, as tendências democráticas da sociedade brasileira próprias da década de setenta. (NETTO, 2011, p.257).

O projeto global existente no “Método de Belo Horizonte” produzido por um grupo de jovens profissionais e que teve destaque na Universidade Católica de Minas Gerais é um marco desse processo de intenção de ruptura, trazendo significativos avanços para a construção de um Serviço Social na perspectiva crítica. Mesmo que nesse primeiro momento essa aproximação com a teoria marxista tenha sido limitada, como aponta Netto (2011) um “marxismo sem Marx” questão que será abordada com lamamoto(1982) e o resgate da inspiração marxiana.

A partir da década de 1980 o Serviço Social brasileiro apresenta hegemonicamente à direção social voltada as demandas das classes subalternas, tendo o materialismo histórico-dialético como método de apreensão do real. Evidencia-se a necessidade de uma nova legitimidade para a profissão, como defende lamamoto (2004), pautada num projeto ético-político comprometido com as classes populares, buscando romper com o conservadorismo, voltado para os direitos sociais, vinculado aos movimentos sociais, na luta pela emancipação humana, reconhecendo a centralidade da categoria trabalho, numa visão ontológica do ser social, tendo a “questão social” como objeto central.

Neste sentido, há uma afirmativa hegemônica de rompimento com o tradicionalismo profissional e sua perspectiva de neutralidade diante das demandas dos usuários e da naturalização das relações sociais, aderindo à teoria social crítica pautada a partir da teoria marxista, que aprecia a totalidade do ser social, numa perspectiva macrossocial, considerando as dimensões da universalidade, particularidade e singularidade, tendo um direcionamento sociopolítico emancipatório, na defesa da indissociabilidade entre igualdade e liberdade, da cidadania, emancipação e na busca por uma nova ordem societária.

Vale lembrar que durante este período o Brasil passava por um momento de significativas transformações dado os traços de esgotamento e fragilidade da

ditadura militar e a luta pela redemocratização do país, com forte envolvimento dos movimentos sociais, das entidades trabalhistas, dos sindicatos e da sociedade civil na busca pela retomada da democracia e que culminou com a Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, e as eleições diretas em 1989 sendo eleito o presidente Fernando Collor de Mello e com a inserção da agenda neoliberal no Brasil.

Podemos identificar como a lógica do capital influencia as relações sociais e o quanto o Serviço Social faz parte dessa lógica seja reproduzindo a ideologia dominante seja observando a realidade social a partir da essência, numa perspectiva dialética e a favor das classes subalternas. Por isso, a formação profissional é fundamental para possibilitar a compreensão desse processo e qual o significado social que advém dessa adesão.

A ABEPPS (1995, p.14-15) coloca que “o marco da redefinição dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva salientou fundamentalmente o caráter de historicidade, estendido no quadro das relações sociais entre as classes e destas com o Estado e com o conjunto da sociedade. Isso implica em compreender a profissão como um processo, ou seja, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações nas quais ela se inscreve. Razão pela qual é necessário contextualizar o significado social da profissão nos anos 90”. No próximo capítulo vamos refletir sobre as influências do neoliberalismo sobre a formação profissional e, por conseguinte, no significado social da profissão a partir da década de 90.

### 3.0 CRISE DO CAPITAL E OS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

#### 3.1 Aproximações à discussão da crise e os ditames neoliberais para as Políticas Sociais

As crises são constitutivas do modo de produção capitalista e requisitam mudanças e/ou reformulações de estratégias nas esferas da produção e regulação social para manutenção do imperativo da acumulação e da expansão do capital. Netto e Braz (2012, p. 173) elucidam que “as crises capitalistas, demarcando os ciclos econômicos, não têm uma única causa: elas são o resultado da dinâmica contraditória do modo de produção capitalista”. Ademais, defendem que as crises são funcionais ao MPC, e que nesses momentos são gestados os mecanismos os quais esse sistema se restaura, “sempre em níveis mais complexos e instáveis, as condições necessárias à sua continuidade” (NETTO; BRAZ, 2012, p.175).

Desse modo, quais seriam as contradições do capitalismo que germinam essas crises? Netto e Braz (2012, p.177 e 178, grifo do autor) expõem que a contradição fundamental do MPC centra-se na “contradição entre a *produção socializada* e a *apropriação privada (...)* se expressa, no nível sociopolítico e histórico, como um processo específico de *lutas de classes*”. Esse seria o cerne contraditório das crises do capital que se desencadeiam em várias outras contradições nas esferas da produção e reprodução das relações sociais regidas pela lógica desse sistema.

A crise de 1970, à nível mundial, marca o momento de reformulação do capitalismo monopolista refletido na ineficiência lucrativa e a incapacidade do regime de acumulação e produção fordista-keynesiano de conter as contradições inerentes ao capitalismo (HARVEY, 2011). De acordo com o referido autor, o sistema busca uma nova forma de acumulação baseada na flexibilização. A denominada acumulação flexível ou regime toyotista seria:

marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (...) Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os

empregadores exerçam pressões mais fortes de **controle do trabalho** (...) o trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. (HARVEY, 2011, p. 140-141, grifo nosso).

Netto e Braz (2012) ressaltam que a restauração do capital se deu estrategicamente sobre o tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal. O primeiro pilar consistiria na substituição do modelo de produção rígido por circuitos de produção flexíveis.

Há, neste sentido, uma descentralização e desterritorialização fabril e organizacional com investimentos do capital em regiões de exploração da força de trabalho mais intensa e de exploração de matérias-primas, na mesma medida em que há uma maior concentração e centralização do controle do capital, o que Netto (1996) denomina de “oligarquia financeira global”, possível através do uso de novas tecnologias eletrônicas, da robótica e da informação. Como aponta Octavio Ianni (2010, p.57, grifo nosso):

Na base da internacionalização do capital estão a formação, o desenvolvimento e a diversificação do que se pode denominar “**fábrica global**”. O mundo transformou-se na prática em uma imensa e complexa fábrica, que se desenvolve conjugadamente com o que se pode denominar “**shopping center global**”. Intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado.

A reestruturação produtiva imputou transformações significativas no mundo do trabalho. Segundo Netto e Braz (2012, p. 230), “todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter à queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho”. Neste sentido, os autores supracitados destacam algumas medidas estabelecidas no capitalismo contemporâneo, como: a flexibilização dos contratos de trabalho pela via da terceirização e da subcontratação, redução salarial, precarização do emprego, emprego em tempo parcial, desregulamentação das relações de trabalho, crescimento do desemprego, informalização, exigência de uma força de trabalho qualificada e polivalente etc.

Concomitante a essa intensificação da exploração da força de trabalho, Netto e Braz (2012,) alertam ainda que a hipertrofia mais impactante do capitalismo

contemporâneo ocorreu no âmbito das atividades financeiras decorrente do movimento de financeirização. Sobre essa questão Octavio Ianni (2010) expõe que o capital financeiro adquiriu uma força nunca antes vista, realizando transformações no *locus* econômico e político, com ênfase na especulação e na financeirização do capital favorecendo, assim, sua universalização e dominação. Nessa direção, Octavio Ianni (2010, p. 69, grifo nosso) defende que:

Além da mundialização acelerada e generalizada das forças produtivas, dos processos econômicos, da nova divisão internacional do trabalho, formam-se redes e circuitos informatizados, por meio dos quais as **transnacionais e os bancos movem o capital por todos os centros do mundo.**

Outrossim, Netto e Braz (2012) enfatizam que, mediante o desenvolvimento do capital, uma parte dos capitalistas passou a viver exclusivamente do capital monetário, sem se preocupar com investimentos no campo da produção, sendo denominados de capitalistas rentistas, atrelados ao crescimento do capital fictício<sup>4</sup>. Assim sendo, as transações financeiras ganham uma dimensão significativamente especulativa, gerando ganhos incertos extraídos de valores, por vezes, imaginários. Para Netto e Braz (2012, p. 245, grifo do autor):

Esses ganhos financeiros, além de obviamente de fazerem a riqueza rápida dos especuladores, reforçam a percepção falsa e socialmente danosa de que a esfera da circulação gera valores e é autônoma em face da esfera produtiva. Tais ganhos generalizam a ideia de que a conversão de **D** em **D'** se opera sem a mediação da produção; na verdade, conduz-se ao limite a fetichização do dinheiro, como se ele tivesse a faculdade de se reproduzir ampliadamente a si mesmo.

Neste sentido, Silva (2011, p.24, grifo nosso) aponta que, nesse capitalismo globalizado, há uma crescente financeirização do capital marcado “pela gestão e especulação sobre recursos públicos e privados, oriundos, inclusive – e, talvez, principalmente – das arrecadações e das **dívidas públicas nacionais**”. Para Yamamoto (apud SANTOS, 2011, p.47), a titulação da dívida pública juntamente com a “expressividade do mercado acionário das empresas (...) conformam os ‘braços’ de sustentação do atual estágio da acumulação capitalista”. Todavia, a referida autora alerta que não há uma independência ou extinção da esfera produtiva, dado que a

---

<sup>2</sup> De acordo com Koslov (1981, p.217) capital fictício são “as ações, as obrigações e os outros títulos de valor que não possuem valor em si mesmos. Representam apenas um título de propriedade, que dá direito a um rendimento” (apud NETTO; BRAZ., 2012, p. 244).

esfera das finanças atrelada a da circulação nada cria, apenas alimenta-se das riquezas oriundas da força de trabalho no campo da produção.

Ora, a partir desses autores pode-se considerar que a financeirização não cria mais-valia, pois esta se gesta na esfera da produção. A defesa dessa percepção de lucratividade imaginária/especulativa favorece a naturalização das relações sociais capitalistas, como aponta Santos (2011, p.49), no capitalismo contemporâneo “a riqueza socialmente produzida aparece, mais do que nunca, como fruto de uma ‘economia virtual’, algo independente do universo do trabalho”.

Com relação ao neoliberalismo se configura, segundo Netto e Braz (2012, p. 238), como um conjunto ideológico promovido pelo grande capital visando à legitimação das estratégias do capitalismo contemporâneo, que sustentam uma concepção de homem e de sociedade embasadas na naturalização e na necessidade da desigualdade entre os homens e uma ideia rasteira de liberdade num aspecto mercadológico.

Neste contexto, Silva (2011, p.23, grifo do autor), defende que a “*globalização, reestruturação produtiva e reforma do Estado* compõem a tríade central da ofensiva neoliberal” que, seja no plano material seja no plano ideológico, vem subsidiando, difundindo e operacionalizando os interesses do capital visando à superação da crise.

Se reconfigura e refuncionaliza, neste sentido, o papel do Estado que recua em seu caráter eminentemente intervencionista e regulador, tendo uma investidura na redução de direitos sociais já alcançados, na fragmentação e fragilização das políticas públicas e sociais, uma nova relação entre público e o privado, numa lógica de favorecimento do mercado. De acordo com Netto e Braz (2012, p. 239, grifo do autor):

O objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**.

O objetivo do grande capital é romper com as barreiras sociopolíticas que limitam a liberdade de negociação do mercado. No capitalismo tardio, como discorre Mandel (1982), o Estado reafirma suas principais funções no sistema do capital criando as condições gerais de produção, reprimindo qualquer ameaça das classes

subalternas ao modo de produção e garantindo que a ideologia da sociedade seja a da classe dominante. Além disso, no capitalismo tardio o capital estatal funciona como esteio do capital privado, sendo a função vital do Estado a administração das crises.

Assim sendo, Santos, apoiada nos estudos de Mészáros, discorre:

o que há, objetivamente, entre Estado e capital não é uma relação de autonomia, tampouco de subordinação, e sim uma relação de reciprocidade dialética, de complementação emergida pela própria forma de estruturação antagônica do sistema do capital, qual seja a separação entre produção e controle, produção e consumo, produção e circulação (SANTOS, 2011, p.50).

Neste sentido, no âmbito do Estado os neoliberais defendem a necessidade de “reformas”. Porém, segundo Netto e Braz (2012, p.239, grifo do autor) “*o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco **processo de contra-reforma(s)**, destinado a supressão ou redução de direitos e garantias sociais*”.

Para Behring (2008, p.58, grifo da autora), “trata-se de uma *contra-reforma* já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário”. Essas contrarreformas incidem nas políticas públicas, em especial, as políticas sociais, que diante da ofensiva neoliberal apresentara reconfigurações e transformações, principalmente quando comparados àquele vigente no denominado (“Estado de Bem-Estar Social”)<sup>5</sup>. De modo que “as reestruturações em curso seguem na direção de uma restrição, seletividade e focalização; (...) rompem com os compromissos e consensos do pós-guerra, que permitiram a expansão do Welfare State” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 134). Outrossim, Rodrigo Castelo (2013, p. 244) aponta que:

O Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar as expressões da “questão social” através do controle da força de trabalho e do atendimento de necessidades mínimas dos “clientes” dos serviços sociais.

---

<sup>3</sup> Behring e Boschetti (2011), afirmam que o termo *Welfare State* surgiu na Inglaterra e retrata uma intervenção maior do Estado na economia, principalmente pela via da proteção social, sob três pilares: educação, seguros e saúde. Com isso, trouxe proposituras e ampliação significativas para as políticas sociais e os direitos sociais, possíveis pelo “consenso do pós-guerra”, naquele momento, visto a partir também das contribuições keynesianas como uma possível saída do grande capital para a crise de 1929.

Nesta perspectiva, haveria um novo conjunto de políticas sociais “público-privadas, fragmentadas e paliativas, de combate à pobreza e à desigualdade, que ganhariam importância tanto no papel de reprodução da força de trabalho quanto no de controle social” (CASTELO, 2013, p. 245). Concomitantemente as referidas determinações tem-se a tendência da mercantilização das políticas sociais as quais perdem seu caráter de direito social e passam a ser acessadas pela via do mercado (BEHRING, 2008).

Castelo (2013) elucida ainda que as políticas sociais, desse modo, seriam emergenciais, focalizadas e assistencialistas, objetivando a acumulação do capital, buscando atender as necessidades imediatas dos usuários dos serviços sociais e do controle da força de trabalho, tendo seu direcionamento a favor da lógica do mercado. Por este ângulo, identifica-se aquilo que Behring e Boschetti (2011, p.157) apontam como “trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização”.

Nesse processo, o Estado acaba por transferir para a sociedade civil e, por conseguinte, para o Terceiro Setor a missão civilizadora de construção de uma “sociedade de bem-estar”, como propõe o pensador Giddens (1998) defendendo que deveria a sociedade civil atuar em parceira com o Estado e com os órgãos privados, na objetivação de que “uma sociedade civil forte, coesa e bem organizada seria capaz de vigiar e controlar, como um poder externo, os mandos e desmandos do Estado e dos mercados” (apud CASTELO, 2013, p. 288).

Ora, Behring (2008, p.65) chama atenção para a orientação no sentido de focalização das ações dada a política social no capitalismo contemporâneo o que promove a implementação de uma “espécie de clientelismo (pós)moderno ou neocorporativismo, onde a sociedade civil é domesticada (...) por meio da distribuição e disputa dos recursos públicos para ações focalizadas ou da seleção de projetos sociais pelas agências multilaterais”.

Alinhada ao ideário neoliberal tem-se a defesa das postulações pós-modernas, neste ponto Rouanet (1998, p.237) coloca que:

Enquanto a política moderna tinha como palco o Estado e visava à conquista ou a manutenção do poder estatal, a política pós-moderna tem como palco a sociedade civil e visa à conquista de objetivos grupais ou segmentares. Os sujeitos da nova política não são mais os cidadãos, mas grupos, e seus fins não são mais universais, visando o interesse geral, mas micrológicos.



Em resumidas palavras, a ofensiva neoliberal como um dos pilares do capitalismo contemporâneo constitui uma resposta à crise do capital na tentativa de retomar o desenvolvimento econômico e alavancar a acumulação e suas taxas de lucratividade mediante a construção de novos mecanismos de exploração da força do trabalho. Contudo, tais medidas têm agravado ainda mais as condições de vida e de trabalho da classe dominada. Com isso, como relata Boschetti (2017, p.55) agudiza-se as “expressões da ‘questão social’ revelando a barbárie cotidiana que assola sem trégua a classe trabalhadora”, como: o desemprego estrutural, o pauperismo, a pobreza e a violência.

### **3.2 Aproximações à discussão da crise do capital e às postulações pós-modernas**

É importante identificar quais as características da pós-modernidade e como suas teses tem influenciado a compreensão do mundo e dado base para a explicação das relações sociais no capitalismo tardio. Nossa intenção é compreender a relação entre o modelo de acumulação flexível e a flexibilidade das suas alegações teóricas e quais são as inflexões para formação do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, considerando suas ameaças para a perpetuação majoritária da intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão.

Octavio Ianni (2010, p.145) defende que “desde o princípio, o processo de desenvolvimento do capitalismo é simultaneamente um processo de racionalização”. Ou seja, para legitimar concretamente sua hegemonia econômica, o capital necessita e investe na compreensão intelectual da vida social, pois, “na medida em que se forma, consolida e expande, o capitalismo pode influenciar, criar, tensionar, modificar, recobrir ou mesmo dissolver outras formas de organização das atividades produtivas e da vida sócio-cultural” (p.147).

Rouanet (1998, p.238), por sua vez, já nos alerta que para tanto, tal racionalidade não perpassa a compreensão ontológica dessa realidade, pelo contrário, para ele “o que caracteriza a ciência pós-moderna é a incredulidade com relação às narrativas legitimadoras (...) a ciência pós-moderna se legitima pela paralogia, pela diferença, com relação ao que num momento dado passa por científico”. Este autor defende que “enquanto a ciência moderna se legitima com

relação a grandes sínteses homogeneizadoras, a ciência pós-moderna, seguindo, nisso a episteme pós-moderna em geral, se legitima pelo heterogêneo, pelo inesperado, pela diferença” (p.239).

Neste contexto, Josiane Soares Santos (2005, p.31) discorre que no capitalismo contemporâneo as postulações pós-modernas se apresentam como uma saída cognitiva para a “Crise da Modernidade”<sup>6</sup> correlata a recente crise do capital, sendo esse pensamento uma das “respostas à crise – no campo ideo-teórico”. Assim, Jamerson (1996) defende que a “pós-modernidade corresponde à ‘lógica cultural do capitalismo tardio’” (apud SANTOS, 2005, p.31). Para os defensores dessa corrente de pensamento, estaríamos diante da falência do (projeto civilizatório da modernidade).

David Harvey (2011) nos aponta alguns aspectos presentes na perspectiva pós-moderna, entre eles: a mudança, a efemeridade, a fragmentação, a transitoriedade, a instabilidade, a sociedade do espetáculo, o apelo para a estética, a valorização da publicidade e da mídia, a mercadificação da cultura e do saber, da imaginação e da aparência. As relações são vistas de forma fluida e focalizada em dimensões microssociais retomando os aspectos da individuação e segmentação das análises sociais.

Stuart Hall (2006) aborda que as transformações vislumbradas nas sociedades modernas, no final do século XX, representam uma diferente mudança estrutural e que esse processo estaria “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham oferecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (p.09). A sociedade pós-moderna seria marcada pelas discontinuidades, pela prevalência do hibridismo cultural, da pluralidade, da descentralização, da desterritorialização.

Por isso, ao discorrer sobre a construção da identidade, o referido autor defende que o “sujeito pós-moderno”, enquanto produto desse processo seria “conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2006, p.13). Tal abordagem coloca os indivíduos sociais na centralidade do debate e da compreensão da “sociedade pós-moderna”, desconsiderando qualquer aspecto de totalidade.

---

<sup>4</sup> Josiane Santos (2005, p.29) conceitua a “Crise da Modernidade” como a “expressão das necessidades de desenvolvimento do capitalismo e que a pós-modernidade aparece, assim, como uma de suas manifestações no campo da teoria social”.

Neste aspecto, Netto (1996) elucida que a dinâmica cultural do capitalismo tardio também tem sido flexibilizada a partir de dois vetores. Primeiro, o trânsito da lógica do capital para os processos do espaço cultural e, segundo, a socialização das formas culturais pela via da tecnologia da informação e pelos meios eletrônicos. A cultura absorve caracteres típicos de mercadoria. Neste sentido, o novo modo de produção flexível adotado no capitalismo tardio também é transferido para compreensão da vida social, a partir da flexibilidade e da fluidez das relações sociais defendidas pela perspectiva pós-moderna.

Para Netto (1996), essa mercantilização propicia e propaga a imediaticidade da vida social que ganha status de realidade, desqualificando a distinção entre aparência e essência. Sobre isso, Netto expõe que “teríamos uma ‘crise de paradigmas’, com a superação das metanarrativas e das abordagens teóricas calcadas na categoria de totalidade; de outra, estaria colocada a urgência de só pensar a micropolítica ou de encontrar novos referenciais para a ação sociopolítica”. (p.97)

Ora, essas transformações têm consequências diretas na sociabilidade humana, seja no campo do real seja na compreensão intelectual das relações sociais. Assim sendo, o ideário neoliberal para além do campo econômico e social-político corrobora para uma decifração do real de forma irracional, idealista, fragmentada e microssocial, aspectos encontrados no pensamento pós-moderno.

A partir desses autores podemos considerar que há uma notória conexão entre o desenvolvimento da acumulação flexível, a adesão ao ideário neoliberal e, por conseguinte, a valorização do debate em torno das postulações pós-modernas. Sobre isso Rouanet (1998, p.233) nos alerta que:

A estética impregna os objetos, para que eles se tornem mais atraentes. O apelo da publicidade estetizada envolve a personalização e a erotização do mundo das mercadorias: o homem é seduzido pelo objeto para se integrar no circuito do capitalismo como obra de arte. O mundo social se desmaterializa, passa a ser signo, simulacro, hiper-realidade. O universo lukacsiano das relações sociais reificadas muda de natureza: hoje as coisas se repersonalizam, tornam-se cordiais, integram-se em nosso dia-a-dia, sob a forma da vitrine e do vídeo, que não nos confrontam como objetividades hostis, mas em que mergulhamos como a própria verdade (narcísica) do homem pós-moderno.

Nesta linha, sendo a lógica cultural do capitalismo tardio, Josiane Santos (2005, p.43, grifo do autor) expõe que a “pós-modernidade, para além de ser a

linguagem coadunante com o novo estágio desta sociedade, é a *linguagem que a legitima e a reforça*".

Em contraposição a ideia de que o mundo contemporâneo estaria contemplado na pós-modernidade, Ivo Tonet (2005, p.20) ao analisar os fundamentos e características da razão ontológica e a razão fenomênica como possibilidades de compreensão do mundo defende que "o chamado pensamento pós-moderno nada mais seria do que a razão moderna posta sob outra forma e em outro momento histórico-social. Afinal, ambos operam a partir dos mesmos fundamentos: os dados empíricos, fenomênicos". Contudo, o referido autor não nega as transformações societárias próprias do capitalismo contemporâneo, mesmo alertando que a sua essência pautada na contradição capital x trabalho permanece intacta. Por isso, Tonet (2005, p.23) defende que,

não se trata, pois, de uma mudança radical da modernidade, do capitalismo, para uma outra forma de sociabilidade. Tratam-se de mudanças, certamente muito profundas e muito intensas, mas no interior do próprio sistema capitalista. Não há porque se admirar dessas mudanças, pois o capitalismo é extremamente dinâmico.

Para o supracitado autor a forma de racionalidade realmente pós-moderna é a baseada na razão ontológica, pois essa considerando a totalidade do ser social e a contradição capital x trabalho aponta para um mundo que vai além dessa produção e reprodução das relações sociais capitalistas, ou seja, "para além do capital".

Tal discussão circunscreve o debate em torno da racionalidade moderna e pós-moderna a qual não entraremos de maneira aprofundada neste trabalho por se tratar de um amplo e complexo embate dentro das ciências sociais e filosóficas na contemporaneidade.

Na verdade o que pretendemos destacar é como as postulações pós-modernas investidas no capitalismo tardio contribuem para uma compreensão fragmentada do mundo, o que sobrepõe a abordagens microssociais, as macrossociais, o indivíduo em detrimento a sociedade, renegando qualquer aspecto universal e/ou totalizante. Como discorre Ivete Simionato (2009, p.86):

A pós-modernidade representa, assim, um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado, fundada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, que fortalecem a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida.

Neste aspecto, se reafirma postulações a-críticas e a-históricas, por conseguinte, conservadoras que desconsideram a razão ontológica e naturalização as relações sociais capitalistas, naturalizando também as crises do capital como inerentes ao sistema e ao desenvolvimento econômico, desqualificando e desacreditando qualquer perspectiva que defenda a possibilidade de transformação societária.

Nesta medida, o pensamento pós-moderno reproduz e reforça o ideário burguês e sua dominação ideológica. Por isso, é importante trazer esses dois elementos do capitalismo tardio: neoliberalismo e pós-modernidade. Em que o primeiro promove a mercantilização e a precarização das políticas públicas e sociais e, por conseguinte, da política de educação superior. Já o segundo, incide como ameaça concreta para a manutenção hegemônica da formação profissional crítica pautada nos princípios do projeto profissional ao qual o Serviço Social brasileiro se direcionou a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo presente na profissão desde seu surgimento no Brasil em meados de 1930.

### **3.3 Rebatimentos da ofensiva neoliberal no ensino superior brasileiro e na formação dos(as) assistentes sociais**

Netto (1996), ao tratar sobre esses elementos na particularidade brasileira no que concerne a adesão ao ideário neoliberal e ao modelo de acumulação flexível - próprios do capitalismo tardio ao qual o mesmo denomina de “ordem tardo-burguesa” - considera que sua constituição na sociedade brasileira não

“se apresenta nem se apresentará, tal como nas sociedades cêntricas em que se desenvolve primariamente (...) sua configuração se estrutura sem que haja a evicção do ‘atraso’ e do ‘tradicional’; estrutura-se como ordem tardo-burguesa periférica”. (NETTO, 1996, p.105)

Ou seja, as inflexões dessas medidas neoliberais implicam em consequências ainda mais nefastas quando analisadas considerando o contexto brasileiro.

Netto (1996, p.103) defende que o fim do regime militar e seu modelo econômico “não implicou a quebra da dominação burguesa; marcou, antes, a emersão de um projeto de hegemonia”, segmentos da burguesia buscavam não apenas à dominação, “mas à direção da sociedade brasileira”.

O processo de redemocratização brasileira culminou com o “ordenamento constitucional de 1988” (NETTO, 1996, p.104) e a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989. O governo de Collor de Mello não representou apenas a redemocratização do Brasil, mas também possibilitou à inserção do ideário neoliberal no país, agenda que será reafirmada nos governos seguintes. Para Netto (1996, p.104), a eleição de Fernando Henrique Cardoso significou inequivocamente o “êxito ideo-político” das postulações econômicas e sociais do neoliberalismo no Brasil.

Behring (2011, p.148) nos lembra que,

A era Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor (...) de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e (...) desprezando as conquistas sociais de 1988 no terreno da seguridade e outros (...) estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”. O principal documento orientador dessa projeção foi o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE).

O referido Plano passa a orientar/fundamentar a dinâmica de funcionamento do Estado e das políticas sociais, sobretudo da política de educação nos trilhos da mercantilização e precarização. Nesse sentido, no que diz respeito às políticas públicas voltadas para o ensino superior, há durante o governo FHC, um contínuo processo de valorização do ensino e cursos privados. Como aponta Iamamoto (2000, p.43) adere-se as recomendações dos órgãos multilaterais, numa lógica mercantilizada de educação, o qual “o propósito é compatibilizar o ensino superior com os ditames da economia, em um contexto de ‘mundialização do capital’”. Nesse processo, a Educação perde sua natureza de direito social transformando-se em mercadoria, como um serviço que pode ser adquirido mediante compra e venda, perdendo sua dimensão de universalidade.

Nesta direção, Boschetti (2000, p.82), expõe que a educação, seguindo o ideário neoliberal, tem sua direção “menos comprometida com a formação cidadã e mais voltada para os interesses do mercado, uma educação garantida mais como serviço privado e menos como direito social (...) uma inversão nos propósitos educacionais de construção da cidadania”.

Neste contexto, é preciso refletir sobre os desafios para a formação profissional crítica na contemporaneidade dada às inflexões das medidas neoliberais sobre as políticas públicas e sociais e os seus respectivos impactos na educação superior, entre elas, a desvalorização ideológica de perspectivas totalizantes. Neste momento, portanto, de flexibilização da economia e das relações sociais capitalistas a compreensão do mundo da vida também é flexibilizado, na adesão a abordagens microsociais e a-históricas em que o imediato se torna o objeto central de análise, desconexo de determinações estruturais, encontradas como já vimos nas postulações pós-modernas, em que a razão ontológica é desvalorizada em detrimento de lógicas fragmentadas.

Entretanto, ao analisar as atuais configurações do ensino público, privado e a distância no Brasil, Yolanda Guerra (2010) nos alerta para a necessidade de compreender sua relação direta com as transformações no mundo do trabalho e estas como uma condição básica para a elevação das taxas de lucro e do processo de financeirização do capital.

Ao refletir acerca da formação profissional e o Serviço Social, Santos (2012) aponta algumas medidas tomadas pelo Estado brasileiro, durante os governos que aderiram à agenda neoliberal nas políticas nacionais de educação superior, favorecendo o processo de mercantilização e precarização da educação. Com o discurso de modernização e ampliação do acesso ao ensino superior, esses governos favoreceram a expansão das instituições e cursos de caráter privado em detrimento da fragilização das universidades públicas. Podemos exemplificar algumas medidas servis a essa lógica, como: a flexibilização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a criação da Universidade Nova e da Universidade Aberta do Brasil, como também incentivo ao ensino privado e a modalidade de ensino a distância, iniciativas tomadas durante o governo FHC.

*A posteriori*, no governo petista de Lula teremos medidas, como: o programa de Reestruturação e expansão das Universidades Públicas (REUNI) que visava expandir as universidades públicas, porém sem aumento de incentivo financeiro o que favoreceu o sucateamento dessas instituições, outra medida desse governo foram os programas de incentivo a inserção em universidades privadas, através do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FIES) e o estímulo para matrículas nessas instituições pela via de bolsas através do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Ou seja, ao invés de investir na qualidade, na expansão

estrutural e de vagas em universidades públicas aumentando seu potencial educativo e econômico, esses programas contribuíram para o seu sucateamento no mesmo momento em que investia e valorizava os cursos e instituições do setor privado.

Neste sentido, Cislighi (2011) ao discutir a formação profissional em tempos de contrarreforma do ensino superior aborda como essas medidas visam adequar às universidades brasileiras às necessidades do capitalismo tardio. A autora expõe que:

A necessidade de acelerar as inovações tecnológicas, associada a cada vez mais contundente dependência do país em relação ao capitalismo central, coloca para a universidade brasileira um novo e estratégico papel. Isso dá o tom da contrarreforma universitária nacional. Ainda que a possibilidade de ampliar a participação do capital privado no ensino superior, como um espaço gerador de lucro, seja um dos eixos norteadores da contrarreforma, suas motivações são mais profundas e estruturais. A necessidade de um **novo perfil da força de trabalho** formada nas universidades, de um **novo perfil das pesquisas**, financiadas e determinadas pelas necessidades do mercado, além da chamada racionalização de recursos públicos, para que a maior parte do fundo público se direcione ao mercado financeiro, são parte da estratégia mundial do capital na tentativa de superar mais uma crise. (CISLAGHI, 2011, p. 247, grifo nosso)

Nesta direção de gestação de novos perfis da força de trabalho e da pesquisa, tem-se uma das principais expressões do processo de contrarreforma centrada na investidora, durante esses governos, da flexibilização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo mais uma medida que fragiliza a formação acadêmica, o que tende a acentuar na “educação a lógica instrumental, pragmática, aligeirada, competitiva, individualista” (GUERRA, 2012, p.731).

Iamamoto (2000), ao analisar a relação no ensino superior brasileiro entre a rede pública e privada, aponta que entre 1986 e 1996, este cresceu 34,8% em detrimento do ensino superior público que cresceu apenas 19,4%, isso se manifesta na quantidade de matrículas, uma vez que o setor privado no ano de 1986 representava 59,3% enquanto as universidades públicas apenas 40,7%. Já em 1996, as IES privadas representavam 60,6% e as públicas 39,4%. O referido crescimento da privatização do ensino superior constitui um problema, segundo Boschetti (2004, p.20), pois trata-se de “uma tendência de crescimento forçado e orientado por uma política claramente neoliberal que prioriza o ensino superior privado e não a expansão do ensino público”.



Essa tendência de mercantilização tem se intensificado ainda mais, sobretudo, nos dias em curso, nesses tempos de crise. De acordo com o último senso do ensino superior divulgado pelo MEC, em 2016, através do INEP, aponta que 87,7% das instituições de ensino superior são privadas compostas, em sua maioria, por Centros Universitários e Faculdades. Ao considerarmos as matrículas, o referido censo aponta que 75,3% dessas matrículas foram efetuadas em instituições privadas em detrimento das públicas que detêm apenas 24,7%. Além disso, chama a atenção para o número de matrículas na modalidade a distância que vem crescendo continuamente, atingindo quase 1,5 milhão, em 2016, o que já representa uma participação de 18,6% do total de matrículas da educação superior.

Kátia Lima (2009), ao abordar os impactos da contrarreforma do Estado sobre a formação profissional em Serviço Social, reafirma sua congruência com as tendências da educação sob a ótica neoliberal. A referida autora expõe dados que denotam o crescimento acelerado de cursos privados e em instituições não-universitárias (cuja indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não é obrigatória) dos cursos de Serviço Social pós-64. Entre esses dados está a análise da autorização da abertura de cursos nessa área e sua natureza jurídica. Ora, entre 1930-1994 foram abertos 47 novos cursos privados enquanto apenas 27 de caráter público. Já entre 1995-2002 foram abertos 45 novos cursos privados e apenas 05 públicos. Durante 2003-2009, aponta a autora, foram criados 191 cursos privados para formação em Serviço Social em detrimento de apenas 09 cursos em universidades públicas no Brasil.

Esses dados demonstram o intenso processo de privatização da educação, que atrelado ao fetiche de democratização do acesso ao ensino superior produz o fenômeno que Lima (2012, p.102) aponta como próprio da política neoliberal nos países periféricos: o “processo de certificação em larga escala”. Neste ponto ao observarmos os dados referentes à criação de cursos de Serviço Social, evidencia-se o interesse do mercado na formação desses profissionais. “Infere-se, pois, que se encontra em processo um empobrecimento da formação e uma dissonância em relação ao perfil de profissional proposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS” (LIMA, 2009, p.46).

Iamamoto (2000, p.70) explana que a sujeição do exercício e da formação profissional a esses moldes mercadológicos comprometem o “teor crítico indispensável à análise da realidade e a formulação de propostas de trabalho e

coloca riscos à formação e ao exercício profissional”. Isso denota o embate de ideias e da direção sóciointelectual para defesa à adesão a teoria social crítica e a perspectiva de compreensão do mundo em sua totalidade dentro do âmbito universitário.

Tais reverberações incidem também nas profissões e, em especial, no Serviço Social. Esse processo se dará num contexto em que a profissão no Brasil, já conta com uma direção social de ruptura com o conservadorismo consolidada. Netto (1996) explana que já a partir década de 1980 há um avanço significativo na produção científica com esse direcionamento claro de consolidação de uma nova legitimidade para a profissão, produções essas, que enveredavam por questões teóricas, metodológicas, instrumentais, formativas etc. Segundo este autor a consolidação da ruptura com a herança conservadora “favoreceu a renovação teórico-cultural da profissão” assinalando no que se refere à elaboração teórica “sua maioria” (p.112).

Porém, Santos (2012) alerta, que mesmo com os pujantes avanços alcançados pela profissão, desde a entrada do Serviço Social no âmbito universitário, faz-se necessário compreender como as condições da universidade sejam elas políticas, infraestruturais, de financiamento etc, determinadas pelas políticas para o ensino superior vigentes, são cruciais para garantia das condições necessárias para afirmação desse projeto de formação. Assim sendo, para a referida autora:

“as contrarreformas no ensino superior em curso, desde o governo Cardoso, impactam as possibilidades de avanço em um dos espaços mais importantes de consolidação e difusão do projeto profissional dos assistentes sociais: as universidades públicas”. (SANTOS, 2012, p.242).

Assim, como aponta a referida autora essa política e essas medidas reverberam em nossa formação profissional, colocando novas configurações para o processo formativo dos assistentes sociais e, por conseguinte, no exercício profissional. Assim sendo, “interfere diretamente no perfil do profissional que se quer formar, para que e para quem formar, oferecendo vantagens somente aos interesses do mercado” (SANTOS, 2012, p.160). Isso se refletirá nas condições de trabalho, nas formas de contratação, na posição social nos espaços ocupacionais etc, contribuindo para a precarização e desvalorização da formação e da atuação dos assistentes sociais.

Todos esses elementos incidem desafios para a formação, de modo que a preparação para profissão, como expõe Iamamoto (2004, p.164), “não seja confundida com a preparação para o emprego”. Isso significa que a formação profissional não deve se reduzir a oferta de disciplinas que proporcionem acesso à titulação de assistente social, lhe conferindo a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. A formação na perspectiva crítica supõe “preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado” (IAMAMOTO, 2004, p.165).

Desse modo, a formação profissional é o campo imprescindível para concretização e materialização do nosso projeto ético-político vigente e sua reafirmação, apontando para a profissão um caminho teórico-crítico que embasando o agir profissional propicia uma apreensão ontológica da realidade, do cotidiano, das demandas e da própria prática.

Já vimos que a tendência da agenda neoliberal é a transformação da educação enquanto direito social, em mercadoria, contribuindo e produzindo as tendências já expostas para as políticas sociais e, por conseguinte, para a política de educação superior que é a mercantilização e a precarização do ensino e das instituições educacionais, principalmente as públicas. Assim sendo, a educação deve ser regida e corresponder às necessidades e determinações do capital. Por sua vez, isso gera um contínuo crescimento da privatização, sobretudo dos cursos de nível superior. Nas palavras de Boschetti (2000, p.23), isso caracteriza “uma concepção de formação aligeirada, estruturada apenas em conteúdos básicos, o que esvazia a formação de sua potencialidade mais aprofundada e crítica”.

Antes de adentrar na análise dos TCC's consideramos importante refletir acerca dos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares da ABEPSS/1996 e os desafios para sua implantação diante da mercantilização e a precarização da educação superior no Brasil. Neste sentido, Boschetti (2004, p.19) defende que,

não é possível refletir sobre as diretrizes curriculares e sua implementação sem considerar a situação e as tendências do ensino superior no Brasil, visto que as condições nas quais a educação superior se materializa hoje têm um papel determinante no tipo de currículo implementado nas instituições de ensino superior, sejam públicas ou privadas.

Diante da ofensiva neoliberal, as medidas tomadas pelos sistemas educacionais são exatamente no sentido de corresponder às expectativas do

mercado e dos órgãos multilaterais cuja visão crítica que almeja outra sociabilidade não interessa. Podemos identificar isso na supressão do princípio teórico-metodológico das Diretrizes da ABEPSS que correspondia à adoção da teoria social crítica que possibilitasse uma compreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade e que não foi contemplado no documento final aprovado pelo MEC, fato apontado por Boschetti (2004). Ademais, a referida autora expõe que a formação profissional conforme as diretrizes curriculares da ABEPSS devem:

fomentar a apreensão crítica (...) numa perspectiva de totalidade (...) instigar a análise do movimento histórico brasileiro, apreendendo as particularidades (...) fortalecer os valores e princípios legitimados no Código de Ética (...) garantir a compreensão do significado social da profissão (...) possibilitar a identificação das demandas presentes na sociedade (...) consolidar o entendimento da prática profissional como trabalho socialmente determinado. (BOSCHETTI, 2000, p.93, grifo do autor)

Ademais, afirma que:

O esvaziamento das diretrizes curriculares promovido pelo CNE não é uma mera simplificação, mas expressa uma política de formação profissional predominantemente preparatória para o mercado, mais flexível, diversificada, reduzida, com habitações específicas e sem preocupação com uma formação genérica e com perspectiva de totalidade. (BOSCHETTI, 2004, p.24)

Por isso, a reafirmação do projeto profissional do Serviço Social perpassa o estudo e a valorização do processo formativo acadêmico, como espaço em que os princípios ético-políticos são materializados e legitimados e em que a direção social tomada a partir da década de 1990 é reafirmada e, por conseguinte, tornar-se o espaço legítimo para apreensão do significado social da profissão, elementos que subsidiarão o fazer profissional condizente com essas prerrogativas, em contraposição a essa lógica meramente mercadológica imposta pelo capital para a formação e para a atuação dos assistentes sociais.

O universo acadêmico constituiu um dos espaços os quais os princípios do projeto profissional ganham materialidade, através dos diversos componentes curriculares, dos debates, do estágio supervisionado, da relação entre ensino, pesquisa e extensão, dos encontros acadêmicos, da produção científica, etc. Nesse espaço, os discentes tem a oportunidade de aprofundar e aprimorar seu saber nas

três dimensões, teórica-metodológica, técnico-operativa e a ético-política, essenciais para compreensão do Serviço Social na atualidade.

Essas três dimensões do Serviço Social favorecem a compreensão da direção social tomada pela profissão a partir da “intenção de ruptura”, enfatizando a profissão como inserida na divisão social e técnica do trabalho e, portanto, permeada por contradições que são inerentes à própria lógica do capital e suas desigualdades.

A apreensão do significado social da profissão durante a graduação é fundamental, pois incidirá sobre a atuação desse profissional em seu espaço ocupacional e seu posicionamento frente às demandas cotidianas, além disso, demarcará sua disposição frente ao fortalecimento das lutas da categoria ou se apenas agirá como mero reprodutor burocrático das expectativas do Estado e do mercado.

A análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) é um caminho que possibilita compreender se essa apreensão se concretiza ou não durante a formação, já que se trata da produção acadêmica dos discentes em que estes têm a oportunidade de refletir e produzir escritos sobre a profissão abordando as mais diversas temáticas, denotando e reproduzindo os conhecimentos adquiridos durante todo o processo formativo. É sobre análise dos TCC's produzidos pelos discentes do curso de Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba, na década de 1990, que nos debruçaremos no capítulo seguinte.

## **4.0 ANÁLISE DOS TCC'S DA DÉCADA DE 1990 DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UEPB**

### **4.1. Considerações sobre o Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**

Ao abordar a criação do Curso de Serviço Social, na Paraíba, de modo específico em Campina Grande, se faz necessário compreender sua relação com o contexto sociohistórico nacional e com a valorização da ideologia desenvolvimentista. As primeiras faculdades de Serviço Social, no referido estado datam da década de 1950, especificamente em João Pessoa, em 1952, e em Campina Grande, em 1957, passando a funcionar a partir de 1959. Vale salientar que, até o final da década de 1950, existiam 28 cursos de Serviço Social no país, sendo o de Campina Grande o único situado e criado fora de uma capital (FONSECA et al, 2014).

Esse fato chama atenção para a importância dessa cidade interiorana tanto no aspecto político quanto no setor industrial. A relação entre o desenvolvimento econômico de Campina Grande e o contexto de influência da política desenvolvimentista em âmbito nacional foi intensificada com o I Encontro dos Bispos do Nordeste, o qual contou com a presença de diversos intelectuais e autoridades governamentais deliberando medidas que visavam o desenvolvimento da região tanto no campo educacional como industrial (FONSECA et al, 2014). Segundo Souza et al. (2014, p.207), “a ideologia desenvolvimentista (...) postulava a industrialização como impulsionadora do desenvolvimento econômico e da melhoria das condições sociais”.

Esse processo denotou, porém, a acentuada disparidade entre os investimentos nos espaços rurais e urbanos o que favoreceu o êxodo para a cidade. Conforme Fonseca et al. (2014, p.81), entre outras consequências desse processo de expansão industrial, destaca-se o progressivo processo de urbanização trazendo “consigo o crescimento da população, que passou em sua grande parte a habitar nas periferias da cidade, em precárias condições, acentuando as desigualdades sociais”. Esse aspecto atrelado ao número significativo de desempregados propiciou e evidenciou vários conflitos sociais que, por sua vez, exigiam do Estado medidas de controle social. Neste sentido, Souza et al (2014, p.206) discorre que:

As condições históricas, econômicas e sociais da Paraíba nessa década indicam que não é por acaso que as escolas de Serviço Social emergem nesse período. Voltando a atenção especificamente para a realidade Campina Grande, verifica-se que nos anos 50, o município era o mais dinâmico do estado, destacando-se como centro industrial em franca ascensão (...) Além disso, ressalta-se o seu peso político, constituindo-se no maior núcleo eleitoral paraibano.

É nesta conjuntura que se inicia a articulação política para criação do Curso de Serviço Social no referido município, atrelado e mantido pela Associação de São Vicente de Paula, entidade religiosa ligada à Igreja Católica que visa prestar assistência educacional e social. Fonseca et al. (2008, p.84) aponta que “os conteúdos ministrados indicavam uma formação marcada pelo ecletismo teórico, mesclando abordagens de cunho moralista e de base teórica Funcionalista”.

A Escola de Serviço Social, em Campina Grande, iniciou suas atividades em março de 1960, momento em que, a nível nacional, o referido curso passava por um processo de inserção no espaço acadêmico ou laicização, como destaca Netto (2011), e, por conseguinte, de renovação teórico-metodológica, oriundo do desgaste com o tradicionalismo profissional cujo perfil era marcado por seu caráter missionário. O objetivo era de modernizar a profissão, para tanto se buscava através das postulações do Desenvolvimento de Comunidade uma atuação mais interventiva, a partir da dimensão comunitária. Desse modo, “os profissionais de Serviço Social desejam deixar de ser apóstolos para assumirem a condição de ‘agente de mudança’ (NETTO apud SOUZA et al, 2014, p.210).

Seguindo o ideário desenvolvimentista no campo industrial e educacional, em 1966, há uma articulação política para o fortalecimento do ensino superior na cidade de Campina Grande objetivando a implantação da Universidade Regional do Nordeste (URNE), a qual o Curso de Serviço Social foi agregado juntamente com o Curso de Filosofia e Letras. Esse fato marca a inserção da Faculdade de Serviço Social no âmbito universitário, tendo seu currículo modificado, fomentando o processo de laicização do ensino e da prática profissional, tendo destaque também as alterações no vínculo empregatício (FONSECA et al, 2008).

Entretanto, Almeida et al. (2004) aponta que esse processo não se configurou como uma ruptura brusca e total com o tradicionalismo profissional e com a influência do catolicismo na formação. Pelo contrário, aponta que:

as marchas e contramarchas da laicização também marcaram a história do Curso de Serviço Social em Campina Grande. Manteve-se ainda a tutela da Igreja através da participação da Congregação São Vicente de Paula na administração da Faculdade mesclada, agora, com a estrutura departamental, características do âmbito universitário. (ALMEIDA apud SOUZA et al, 2014, p.345)

Esse momento de entrada no espaço universitário se configura, como aponta Netto (1991) por rupturas e continuidades, em que a profissão buscar romper com o tradicionalismo, ao mesmo tempo em que reitera suas influências. Havia neste sentido “uma tensão entre transformações e permanência, mas onde sempre predomina o novo” (apud FONSECA et al., 2014, 269).

No final dos anos de 1980, já no contexto pós-ditadura militar, mais, especificamente, em 11 de outubro de 1987, através da lei estadual 4.977, sancionada pelo governador Tarcísio Burity, a URNE que, inicialmente era uma autarquia municipal, foi estadualizada e transformada na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) tendo sua sede na cidade de Campina Grande-PB. Na sua atual estrutura, o campus I - que leva o nome do economista Edvaldo de Souza do Ó, um dos fundadores da Instituição conforma a sede da Reitoria e da Administração Central da universidade, onde funcionam suas pró-reitorias e principais coordenações. . “No decreto de 06 de novembro de 1996, publicado no Diário Oficial da União de 07 de novembro de 1996, a Universidade Estadual da Paraíba foi credenciada pelo Conselho Federal de Educação para atuar na modalidade multicampi” (PPC, 2016, p.04). É importante destacar que:

Até o final da década de 90, havia poucos docentes na UEPB com titulação de mestre e doutor, pouco financiamento para a pesquisa e a extensão, salários pouco competitivos e a Instituição enfrentava constantes e graves crises financeiras devido à precariedade dos recursos recebidos e à falta de regularidade no repasse do financeiro por parte do Estado. Como resultado da permanente e intensa luta da comunidade acadêmica por garantia do financiamento, salários dignos, melhores condições de trabalho e ampliação da infraestrutura, em 2004, a UEPB conquista, com participação dos segmentos da UEPB, do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa, a aprovação da Lei 7.643, que define o critério e a regularidade do repasse de recursos do orçamento do Estado para a UEPB. (PPC, 2016, p.09)

Atualmente a referida universidade tem oito campus espalhados por vários recantos da Paraíba. O Campus I situado na sede da referida universidade em Campina Grande abriga o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), o Centro de Ciências Sociais Aplicadas



(CCSA) o qual o curso de Serviço Social está agregado, o Centro de Educação (CEDUC) e o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ). O Campus II que fica no município de Lagoa Seca abriga o Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (CCAA). Já no Campus III em Guarabira fica o Centro de Humanidades (CH). No município de Catolé do Rocha fica o Campus IV que corresponde ao Centro de Ciências Humanas e Agrárias (CCHA). O Campus V está localizado em João Pessoa, capital do Estado, e abriga o Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (CCBSA). O Campus VI contém o Centro de Ciências Humanas e Exatas (CCHE) e fica localizado no município de Monteiro. Já o Campus VII situado no município de Patos abriga o Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas (CCEA). Por fim, o Campus VIII, o mais recente da universidade, está localizado em Araruna e abriga o Centro de Ciências, Tecnologia e Saúde (CCTS).

Vale salientar que a UEPB possui autonomia administrativa, financeira, sobre o seu patrimônio, autonomia de gestão e didático-científica em conformidade com a Constituição Federal e a Constituição Estadual, sendo sua organização e funcionamento regidos por seu Estatuto e Regimento Interno, devidamente aprovados e homologados, como também “complementados pelas resoluções dos seus órgãos de deliberação superior, de acordo com a legislação em vigor” (PPC, 2016, 04).

O Curso de Bacharelado em Serviço Social da UEPB teve o seu Projeto Pedagógico consonante com as Diretrizes Curriculares/96 da ABEPSS implantando em 1999. Além do mais, “em 2001 e 2003, através de concursos públicos, ingressaram 19 professores mestres no Departamento de Serviço Social, constituindo um quadro docente permanente que alterou a predominância de professores substitutos” (PPC, 2016, 34), fatores que favoreceram o processo de reformulação do curso e maior aproximação com a direção hegemônica e a respectiva matriz teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, traçada pela profissão em âmbito nacional. Esse projeto pedagógico implantado em 1999 foi revisto a fim de aprimoramento de algumas lacunas e melhoramento da grade curricular. Desta maneira,

o PPP de 1999 incorporou as orientações da ABEPSS relativas a diretrizes, eixo norteador, conteúdos e componentes curriculares. Entretanto, cabe ressaltar que aquela reforma do currículo se deu de forma acelerada, a fim de atender aos prazos estabelecidos pela já citada “Reforma Necessária”. Assim, a formação profissional do Curso de Serviço Social desta

universidade, ainda que conectada às orientações gerais da ABEPSS, apresentou, desde então, alguns problemas que estão sendo vivenciados cotidianamente por docentes e discentes. Observa-se a repetição de conteúdos em alguns componentes curriculares, a oferta de conteúdos que não atendem às recomendações da ABEPSS e às necessidades da formação, como também a ausência de outros conteúdos que se adequariam melhor à formação proposta para o Assistente Social, o que vinha deixando lacunas na formação. Destaca-se de forma problemática, ainda, a disposição de alguns componentes ao longo dos semestres: conteúdos ministrados precoce ou tardiamente. (PPC, 2016, p.23)

Neste intuito, em 2012 depois de muitos debates e oficinas que contaram com a participação dos docentes ligados ao departamento de Serviço Social foi “formada uma Comissão de Finalização do Processo de Revisão Curricular, a qual coordenou as oficinas finais e encaminhou a sistematização das deliberações coletivas” (PPC, 2016, 24). O novo Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UEPB foi apreciado e aprovado em assembleia no ano de 2016 e no presente ano as turmas ingressantes tem o processo formativo embasado nesse novo currículo.

É importante destacar que atualmente o Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba oferta anualmente 40 vagas para novos discentes tanto no turno diurno quanto no noturno, com uma duração mínima de 08 semestres e no máximo 15 semestres, cujo ingresso advém das vagas ofertadas pelo Sistema de Seleção Unificado (Sisu) do MEC, em que 100% das vagas são preenchidas por pessoas aprovadas no Exame Nacional do Ensino Médio.

#### **4.2. Sobre os principais “achados “dos TCC’s do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**

O projeto de formação expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 constitui um dos principais componentes que imprimem materialidade ao atual projeto profissional do Serviço Social. A compreensão do significado social do Serviço Social perpassa pelos princípios do Projeto Ético-Político, assim como pelo Código de Ética em vigência e as Diretrizes Curriculares de 1996/ABEPSS que tem como base a perspectiva marxista, a qual aprecia o ser social em sua totalidade. Desse modo, o significado social, de acordo com a referida perspectiva, não deve ser dissociado da realidade ou do “chão histórico-concreto” da profissão dentro da lógica das relações sociais capitalistas e das suas contradições.

Politicamente, esse projeto profissional se configura a partir de princípios emancipatórios expressos na defesa dos direitos da classe trabalhadora, dos direitos sociais e da democracia. Porém, tal posicionamento político está para além da emancipação política, uma vez que, coloca-se na defesa de uma nova ordem societária livre de qualquer forma de exploração (classe, étnico-racial, gênero, etária, etc.). No campo da defesa do direito social da educação, de modo específico, do ensino superior, tal significado político se materializa na defesa de uma educação pública, laica, universal e socialmente referenciada, ou seja, tal projeto coloca-se contra as empreitadas do capital de mercantilização do ensino público.

Ao reconhecer a centralidade do trabalho e a “questão social”, como mediações principais que devem movimentar, articular os conteúdos e disciplinas das estruturas curriculares dos cursos de Serviço Social, tal projeto de formação possibilita aos discentes a apreensão da profissão.

Nosso objetivo é tentar compreender, considerando as mediações no movimento de totalidade e particularidade, como os TCC's, produzidos durante a década de 1990, do Curso de Serviço Social da UEPB, expressam ou não a apreensão do significado social da profissão mediante a nova direção tomada a partir momento de “intenção de ruptura” com a herança conservadora e, neste sentido, com o arcabouço teórico-metodológico a ela atrelado.

Considerando o processo formativo como uma totalidade, acreditamos que através da análise da produção dos TCC's podemos compreender como esses futuros profissionais pensam a profissão e, neste sentido, quais os princípios éticos e políticos que o influenciaram em sua prática profissional, elementos encontrados, por exemplo, na adesão a determinado suporte teórico-metodológico, na relação feita entre teoria e prática, na abordagem da “questão social”, na reafirmação ou não da direção social e do significado social defendidos no Projeto Ético Político em vigência etc.

Essa pesquisa documental junto aos TCC's, realizada, ao longo do ano de 2017, na biblioteca da Central Integrada de Aulas (CIA) I, levou em consideração: o ano da publicação, a área abordada, a configuração do TCC enquanto resultado de projeto de pesquisa, relato de estágio ou pesquisa-ação, a natureza da elaboração do TCC: individual ou coletiva, bem como, a referência ao suporte teórico-metodológico utilizado. Para tanto, foi realizada a leitura dos seguintes itens: apresentação, introdução, referencial teórico, metodologia, conclusão e sugestões.

Em relação ao acervo dos TCCs em Serviço Social encontrado na referida biblioteca, foi contabilizado um total de 99 (noventa e nove) exemplares produzidos na década de 1990<sup>7</sup>. Um primeiro dado que nos chamou a atenção é que, durante essa década, nenhum TCC aborda a temática da formação profissional e/ou os fundamentos da formação. Ora, cabe questionar, porque a discussão da própria formação parece|pareceu algo tão distante do universo discente, uma vez que, ao longo da referida década, vivenciou-se um momento de intenso debate, no interior do Serviço Social, através da realização de oficinas em várias UFAs, encontros, assembleias, etc., em torno das novas Diretrizes Curriculares?

Uma possível explicação para o referido “achado” encontra-se relacionado ao fato de que as prerrogativas das Diretrizes Curriculares de 1996 só foram agregadas e tiveram adesão no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social da UEPB, no ano de 1999, incorporando as orientações da ABEPSS referente às diretrizes, eixo norteador, conteúdos e componentes curriculares (PPC, 2016).

Vejamos no quadro a seguir as áreas<sup>8</sup> dos objetos de estudo dessas produções acadêmicas:

Quadro 01- Área dos objetos de estudo								
Ano	Saúde	Educação	Assistênci a Social	Organização de Comunidade	Jurídica	Formação	Exercício Profissional	TOTAL
1990	01	04	02	02	03	-	-	12
1991	01	02	02	06	02	-	-	13
1992	04	03	-	09	01	-	-	17
1993	-	03	-	06	-	-	-	09
1994	03	02	-	03	01	-	-	09
1995	05	02	01	02	01	-	-	11
1996	06	05	02	06	-	-	-	19

<sup>7</sup> Vale ressaltar que, segundo pesquisa realizada por Férriz et. al (2014, p.178), o quadro de TCC'S da década de 1990 do Serviço Social é composto por 114 exemplares. Ao questionarmos esse dado na referida biblioteca nos foi relatado que, talvez alguns exemplares, podem ter sido extraviados na realocação desse material do antigo prédio que abrigava o referido curso para a atual biblioteca. Porém, acreditamos que tal fato não retirará a importância e a validade dos presentes dados.

<sup>8</sup> Seguimos o modelo utilizado por Férriz, et al. (2014) que ao explanar acerca do perfil dos TCC's no curso de Serviço Social da UEPB identifica essas principais áreas. Salvaguardando que, identificamos na referida década escritos oriundos da intervenção na área jurídica, principalmente na Federação Estadual do Bem-Estar do Menor Alice Almeida (FEBEMAA).

1997	02	-	-	01	-	-	-	03
1998	-	-	01	01	-	-	-	02
1999	03	01	-	-	-	-	-	04
TOTAL	25	22	08	36	08	00	00	99

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa documental realizada junto aos TCCs

Esse quadro demonstra que a maioria dos concluintes do curso teceu sistematizações sobre as experiências de estágio em comunidades. Essas experiências se deram, principalmente, em espaços comunitários, clubes de mães e grupos de idosos em bairros periféricos, como: Malvinas, Quarenta, Pedregal José Pinheiro e Monte Castelo, tratando temáticas voltadas para educação, saúde, e de organização da comunidade. Em seguida temos um número significativo de produções que abordam as políticas de saúde e educação.

A possibilidade de explicação de concentração dos estudos nessas referidas políticas está relacionado ao fato de que, as áreas de saúde e educação, respectivamente, materializadas em instituições como Centro de Saúde Francisco Pinto, a Clínica de Fisioterapia, o Hospital Universitário Alcides Carneiro e as escolas públicas constituíam os principais campos de estágios conveniados com a universidade. Quanto às produções na área da assistência social os principais espaços sócio-ocupacionais foram no setor privado, em instituições como o SESC Campina Grande, o Instituto São Vicente de Paula e na Empresa de Transporte Coletivo de Campina Grande, o que denota a dificuldade de campo de estágio na área da assistência social nesse período.

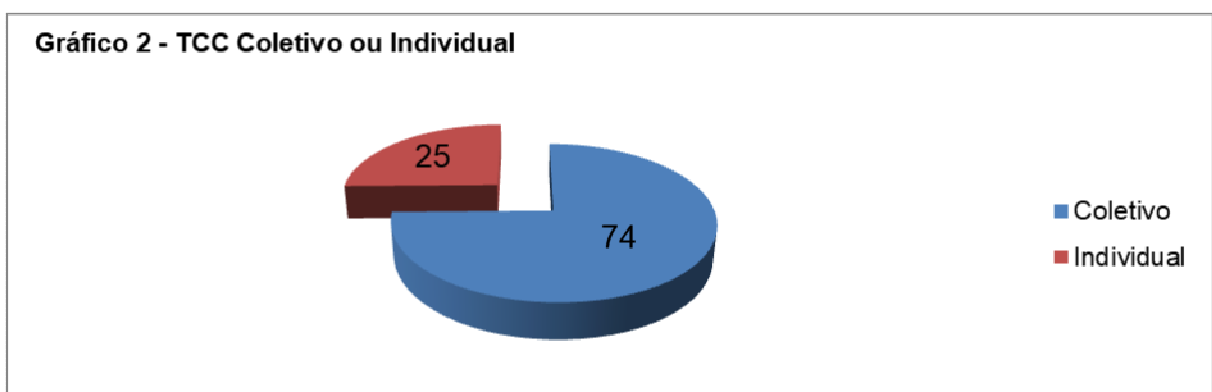
Vale destacar o número expressivo de produções que retratam a experiência de intervenção em espaços públicos, computando 96 dos trabalhos de conclusão desse período. Traço emblemático disso é que há um significativo número de TCC's decorrentes de projetos de intervenção em campos de estágio, ou seja, uma expressiva parte (89) das sistematizações é resultante dos relatos das experiências de estágio supervisionado enquanto apenas 10 contemplam a modalidade de pesquisa ou "pesquisa-ação".

A inexpressividade de produções acadêmicas oriundas da pesquisa remetem as condições reais do curso naquele momento. Ora, "até o final da década de 90, havia poucos docentes na UEPB com titulação de mestre e doutor, pouco financiamento para a pesquisa e a extensão (...) e a Instituição enfrentava

constantes e graves crises financeiras” (PPC, 2016, p.09). Além disso, a valorização e a importância da pesquisa como transversal ao processo formativo nos cursos de Serviço Social está “fortemente relacionado à implementação das Diretrizes Curriculares de 1996” (FÉRRIZ, et al., 2014, p.185).

Segundo Andrade et al. (2014), em 1995, foi dado início aos debates no Curso de Serviço Social da UEPB referente a reforma curricular e as avaliações do processo formativo dos assistentes sociais. Aponta ainda a criação no mesmo ano do Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais (NUPEPS) e do grupo de Grupo “Flor em Flor” Estudos de Gênero, fator significativo para incentivo à pesquisa. Em seguida, foram abertos outros grupos de pesquisa, a saber: o Grupo de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS), Grupo de Estudos sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS), o Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Comunitária Infante Juvenil (NUPECIJ), Núcleo de Estudos Rurais (NER).

Dado a conjuntura já exposta, majoritariamente a pauta de discussão dos TCC's do Serviço Social da UEPB, na década de 1990, estava voltada para o relato da intervenção, o que não significa que eles discutiam de forma mediada o exercício profissional em si, principalmente os direcionados a atuação no campo de estágio, a abordagem era mais imediata do que mediada. Fato demonstrado no significativo número de discentes que optaram pela elaboração de “relatórios grupais (74) com o caráter de TCC. A década de 1990 é ilustrativa desse fato” (FÉRRIZ et al., 2014, p.179). Vejamos o gráfico a seguir que traz em números reais esses dados:



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa documental realizada junto aos TCCs

Quanto ao suporte teórico-metodológico, identificamos, numa quantidade expressiva dos TCC's, isto é, 35 produções que referenciam o método dialético,

como principal suporte<sup>9</sup> e, ainda 22 menções ao método de Belo Horizonte (Método BH ou o método de Leila Lima Santos ou ainda Método da Reconceituação). Elementos e abordagens de cunho funcionalista podem ser encontradas em vários trabalhos, porém, “somente” 02 trabalhos reivindicam essa abordagem conservadora. Quanto ao método fenomenológico, este encontra-se presente em 05 produções e, até mesmo, a utilização dos métodos de Desenvolvimento de Comunidade (06 TCC's) e Serviço Social de Grupo (01 TCC) foram identificados. Entre esses trabalhos analisados, em 28 deles, o suporte teórico- metodológico não está claro<sup>10</sup>, o referencial trata das políticas referentes à área trabalhada, a caracterização do campo de estágio, definição das abordagens funcionalista e dialética, porém, sem denotar nenhuma adesão a nenhuma dessas perspectivas.

Vale destacar que o processo de ruptura com a herança conservadora, e ao suporte teórico-metodológico, atrelado a esse viés não aconteceu de forma automática, mas de forma lenta e gradual. Não á toa que, ainda na década de 1990, encontremos adesão ao Método de Serviço Social de Grupo, por exemplo. Além do mais, se considerarmos que as prerrogativas presentes nas Diretrizes Curriculares de 1996 foram inseridas no PPC do curso de Serviço Social da UEPB no ano de 1999, compreendemos como a década de 1990 se configurou como um período de transição e descobertas.

Para Silva (2014), a perspectiva de Serviço Social de Grupo, que se direciona a uma prática educacional, visava à reintegração do indivíduo ao seu meio social através de atividades grupais que desconsideravam as determinações históricas e estruturais, tendo uma atuação fragmentada, com aspectos de abordagens psicossociais e terapêuticas, perspectiva metodológica defendida, no final da década de 1940 e início da década de 1950. Assim sendo, “nessa perspectiva, os problemas sociais decorrentes das contradições do modo de produção capitalista são concebidos como meros desajustes sociais do indivíduo” (SILVA, 2014, p.121).

---

<sup>9</sup> É importante ressaltar, assim como afirma Netto (2011, 287), que essa aproximação se dá de forma enviesada, um “Marxismo sem Marx”, de rastro empirista, que mesmo representando um avanço ao defender o método dialético, não o faz totalmente em consonância com o método marxiano configurado no materialismo histórico-dialético.

<sup>10</sup> Nesses casos buscamos analisar a apreensão do significado social nas abordagens presentes na introdução, conclusão, levando sempre em consideração o roteiro e os elementos base dessa pesquisa.

Vejamos esse relato do TCC 3<sup>11</sup>, do ano de 1991, em que seus autores defendem o referido método como o mais adequado para o Serviço Social:

O método de Serviço Social de grupo é o que melhor atende aos objetivos do Serviço Social, tornando-se, assim, o seu principal instrumento de trabalho. O Serviço Social de Grupo tem como função principal a integração dos indivíduos, pois, como método de educação psicossocial informal, leva as pessoas a atingirem um grau do amadurecimento social, a uma atuação efetiva dentro do processo de desenvolvimento. Sendo o grupo o instrumento para a satisfação de necessidades individuais, o serviço social de grupo é um meio através do qual os indivíduos adquirem sentimento de coletividade, ensinando os mesmos a possuírem sentimentos de dar e receber, trocando experiências, dividindo, compartilhando responsabilidades e trabalhando em cooperação para o bem-estar de todos. (TCC 3)

Aqui, portanto, o significado social da profissão aparece embebido na busca por uma possível harmonização entre as classes sociais que são estruturalmente desiguais, isto é, não se leva em consideração as contradições do sistema do capital.

O ecletismo enquanto um traço constitutivo da trajetória histórica da profissão, também constitui outro “achado” da pesquisa documental, pois mesmo alguns TCCs explicitando a preocupação com a necessidade de abordagem crítica da realidade social e da profissão, em seguida anuncia a utilização do método do Desenvolvimento de Comunidade. Vejamos esse trecho retirado num TCC de 1993:

O Serviço Social afirma-se como prática profissional institucionalizada na sociedade a partir do momento que responde as necessidades das classes sociais (...) em contrapartida ao caráter conservador que permeou a prática do Serviço Social na sua trajetória, tem-se a posição oposta tomada por segmentos da categoria profissional, notadamente após o movimento de reconceituação do Serviço Social quando o Assistente Social assumiu-se como agente de transformação colocado a serviço de um projeto alternativo (...) é a própria realidade histórica que exige dos profissionais de Serviço Social um novo posicionamento (...) a investigação se constituiu o embasamento teórico metodológico do nosso Estágio Supervisionado (...) A nossa perspectiva de abordagem metodológica final utilizou como sistematização as operações específicas do Desenvolvimento de Comunidade. (TCC 1)

Segundo Castro (1984, p.138), o diferencial do método DC com relação aos anteriores (Serviço Social de Caso e Serviço Social de Grupo) estava no enfoque das potencialidades atribuídas ao exercício do desenvolvimento comunitário. Neste

---

<sup>11</sup> Lembrando que essa numeração não segue nenhuma ordem alfabética ou de exposição na biblioteca, afim de não expor os sujeitos, trata-se apenas de uma maneira de esquematização de citação dos trabalhos.



sentido, a grande realização consistia em ir além de abordagens dos problemas individuais ou grupais, mas vislumbrar projetos gerais de desenvolvimento.

Neste aspecto, Netto (2011) elucida as tensões acerca dessa ideia no âmbito do Serviço Social brasileiro que se desdobram na configuração de três vertentes profissionais, sendo elas:

Uma corrente que extrapola para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos e as representações “tradicionais”, apenas alterando o âmbito da sua intervenção; outra, que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrosocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas (NETTO, 2011, p. 140).

Assim sendo, a metodologia do Desenvolvimento de Comunidade estava pautada num esquema de execução iniciado com a investigação, o diagnóstico, o planejamento e, por fim, a execução e a avaliação. Sua teorização nos trabalhos analisados enfatizam a duas primeiras vertentes trazidas por Netto (2011), alguns versando sobre a importância da participação social em busca de mudanças sociais alheias a desigualdade estrutural e as contradições capitalistas numa abordagem focalista e fragmentada; outras redações, ao defender análises conjunturais, enfatizam a necessidades de “transformações” ou reformas sociais a partir da participação e do desenvolvimento comunitário. Castro, ao analisar o Serviço Social na América Latina em sua obra publicada, no ano de 1984, já alertava que:

A educação universitária que, em vários casos, ainda gira ao redor das formulações do Desenvolvimento de Comunidade continua reproduzindo representações do papel do assistente social que os alunos assimilam e que, uma vez concluída a sua formação, empregam no seu exercício profissional. O discurso que menciona “desenvolvimento nacional”, “utilização sistematizada do poder de iniciativa”, “participação consciente, organizada e dirigida para os altos objetivos de desenvolvimento econômico”, do “bem-estar social” e da “autêntica realização individual e coletiva”, este discurso contrasta com o que ocorreu no continente ao longo das últimas décadas – realidade frente a qual este discurso soa frase vazia, mais próxima dos programas dos partidos políticos que exercem a representação das classes dominantes. (CASTRO, 1984, p.140).

Tem-se aqui a defesa de um suposto “desenvolvimento” que se daria através do trabalho comunitário, numa relação entre povo e governo em que o assistente social seria um “agente de transformação” capacitado para intervir na dinâmica social tendo a “responsabilidade de conduzir as populações a assumirem

consciência dos problemas sociais, estabelecendo mecanismos para a sua integração ao desenvolvimento do país” (CASTRO, 1984, p.163).

Ainda, no ano de 1999, encontramos TCC's cujo arcabouço teórico-metodológico escolhido foi o DC. Vejamos esse trecho da produção acadêmica do referente ano:

A metodologia (...) é, portanto, um conjunto de processos que levam à descoberta da realidade comunitária e à identificação dos meios a serem utilizados para que essa realidade seja transformada. Assim sendo, tem-se um conjunto de diretrizes que conduzem o profissional e a população a refletirem sobre a realidade comunitária e as relações a serem desenvolvidas, bem como, os meios que possam facilitar seus enfrentamentos. A prática tem mostrado que algumas diretrizes metodológicas são básicas para a articulação das ações pedagógicas utilizadas com a perspectiva de transformação comunitária. Elas funcionam como um conjunto de princípios que vão surgindo a partir das relações do profissional com a população. (TCC 05)

Encontramos ainda a adesão, em alguns trabalhos, à perspectiva metodológica do funcionalismo. No trecho a seguir vamos observar que, mesmo a par dos debates presentes no processo de reconceituação do Serviço Social, se faz referência à prática pautada no funcionalismo com defesa inclusive de conceitos como neutralidade, conforme se pode observar no seguinte trecho extraído do TCC, do ano de 1990:

No Serviço Social, uma das correntes que exerceram maior influência na profissão foi o funcionalismo. Apesar dos questionamentos provenientes do movimento de Reconceituação, **a nossa prática continua pautada na linha funcional**. O funcionalismo busca a integração do homem ao meio, tem como base o equilíbrio de tensões na unificação social de todos os papéis. Para a teoria funcionalista o conflito é funcional (...) **A posição ideológica dos funcionalistas é a neutralidade**, esta neutralidade, se reflete no Serviço Social, por exemplo, nos famosos princípios do relacionamento (TCC 09 grifo nosso).

O funcionalismo tem por base a sociologia durkheimiana que considera a sociedade um todo social, trazendo elementos das ciências da natureza para as ciências sociais, aborda os fatos sociais como coisas, ou seja, como normas e regras produzidas coletivamente e próprias da evolução humana e, por conseguinte, coercitivas e exteriores aos indivíduos, numa postulação naturalizante das relações sociais. Desse modo, as instituições, a moral e os valores têm como função manter a ordem social, ou seja, o organismo social saudável e harmônico, corrigindo as disfunções sociais e as patologias a elas agregadas. Há neste sentido, uma

intrínseca relação entre ordenamento moral e desenvolvimento social e econômico. (DURKHEIM, 2008).

Segundo Dantas (1991) podemos encontrar também postulações funcionalistas na prática do Serviço Social de Grupo e no Desenvolvimento de Comunidade, já que essas perspectivas metodológicas visavam à adequação dos indivíduos ao meio social e conseqüentemente a correção de suas disfunções sociais que prejudicavam seu desenvolvimento, assim, o Serviço Social atuaria na direção do ordenamento moral e na individualização dos problemas sociais.

Identificamos, ainda, em alguns casos a referência à abordagem fenomenológica, conforme pode ser observado na seguinte de um TCC produzido, no ano de 1992:

Levando-se em consideração que a fenomenologia se trata de um método visa conhecer profundamente os fenômenos sociais, cabe-nos defendê-la, no propósito de que ela pode ajudar na busca da compreensão de como intervir no Serviço Social (...) A fenomenologia é o principal fato a ser trabalhado. **É preciso que o sujeito seja consciente, autônomo e agente de transformação, capaz de modificar o objeto (mundo) em seu favor. A consciência se faz importante na medida em que ela serve de guia de reflexão crítica e explicação que o levará a possíveis mudanças (...)** O Serviço Social, orientado pela Fenomenologia, preocupa-se em interpretar e compreender a prática profissional. Partindo do **princípio da autodeterminação** após o homem ter vivido determinada situação, ele toma consciência dos seus direitos como ser humano (...) Assim, o Serviço Social se limita mais ao estudo do ser dentro do mundo, pois o mundo é apenas uma representação concreta daquilo que o homem idealiza (TCC 15 grifo nosso)

Carli (2013) aponta que essa perspectiva metodológica se configura como um dos suportes norteadores da prática do Serviço Social, no fim da década de 1970, em que o indivíduo é singularizado, apartado de suas relações de classe e determinações macrossociais, podendo apresentar reações distintas diante dos fenômenos sociais.

Neste sentido, a atuação do assistente social seria marcada pela relação entre os indivíduos e os fenômenos que o atingem, em que o elemento principal seria a compreensão de sua subjetividade nessa relação. A consequência da adoção do método fenomenológico, por parte dos assistentes sociais, os levaria, segundo Carli (2013, p.95-96, grifo do autor), a:

Em primeiro lugar, o usuário é considerado pelo assistente social fenomenólogo como um **singular isolado de determinações classistas, sem pertencimento de classe (...)** transforma o Serviço Social em uma

**ajuda psicossocial** (...) adquirindo esse caráter de ajuda psicossocial, o Serviço Social deixaria de ser uma intervenção prática, para se transformar em um “desvelamento das maneiras de existir” do usuário. Com efeito, a intervenção do assistente social é tomada como diálogo de natureza terapêutica (...) Em terceiro lugar, poderíamos listar como consequência da adoção do método fenomenológico por parte dos assistentes sociais a **desconsideração do real** (...) exige do assistente social uma **posição acrítica** (...) em quinto, temos a **negação da totalidade** (...) terá como fim único a **transformação pessoal, a transformação das intenções dos homens a respeito de seu mundo natural.**

A título de compreensão didático-pedagógica, o referido autor situa o exemplo da violência doméstica e a intervenção do Serviço Social, numa perspectiva fenomenológica. Diante desse fenômeno “situação existencial problema”, o assistente social teria como propósito desvendar a subjetividade da mulher sobre o ocorrido, as consequências desse fato para sua vida, sua percepção diante do ato sofrido e como este determina sua consciência sobre si e sobre o “mundo vivido”, estando assim, a atuação profissional direcionada a possibilitar a construção e a compreensão subjetiva daquela mulher, diante da violência que lhe afetou amputando os determinações econômicas, sociais, culturais que encontram-se envoltos à problemática da violência doméstica . Desta feita, “semelhante a um psicanalista, o assistente social faria o usuário deitar-se num divã e estaria apto a ouvir o seu relato acerca de uma situação de fato (...) dialogando com ele em busca das suas verdades subjetivas” (CARLI, 2013, p.95).

Segundo Netto (2011), a fenomenologia constitui a matriz teórica da segunda vertente renovadora denominada de “reatualização do conservadorismo”, pois apesar de se posicionar politicamente contra o regime ditatorial vigente, contra burocratização da vida social e propor a “transformação social”, tal vertente reiterou traços do conservadorismo profissional, sobretudo, porque dado a hipertrofia do papel da consciência para reinventar\transformar o mundo, essa tende a reduzir a “transformação social” à “transformação individual”.

Neste sentido, mesmo buscando novas referências metodológicas esses concluintes ao adotarem essas vertentes reafirmam a herança conservadora da profissão, principalmente, ao desconsiderar a “questão social” e suas manifestações a partir da contradição capital x trabalho e reforçar uma prática fragmentada.

Outro ponto apreciado nas sistematizações dos discentes refere-se à problemática do “Marxismo enviesado”, como discorre José Paulo Netto (1989). Como já vimos significativo número de produções que citavam aderir à teoria dialética ou método dialético (35) o faziam, numa “aproximação enviesada”, sem

mediações, sem desenvolver um caráter mais investigativo e menos descritivo. Além desses, muitos trabalhos afirmaram utilizar-se do Método de Belo Horizonte ou “Método BH” defendido por Leila Lima Santos(22).

Muitos trabalhos (22), inclusive, detalham os procedimentos metodológicos seguindo o passo-a-passo do referido método, caracterizado pelos seguintes momentos: Aproximação I – Investigação – Diagnóstico – Aproximação II – Programação – Execução. Assim, de acordo com a produção datada de 1995:

Nossa prática no (...) foi norteada por esta corrente filosófica dialética, na tentativa de desencadear uma metodologia de ação de postura transformadora, buscando nas próprias bases a solução dos problemas existenciais, levando ainda, a própria população à despertar a partir do que é aparente, para o que é de fato na essência, fazendo “jus” a sua condição de ser capaz de pensar, agir e transformar os antagonismos existentes numa sociedade onde predominam os interesses de classes fundamentais e opostas (...) na nossa área de atuação a metodologia foi respaldada na corrente teórica dialética, através da utilização da proposta metodológica de Leila Lima Santos. Este referencial possibilitou uma análise globalizadora da realidade e nos levou a compreendê-la e analisá-la, além de nos fornecer elementos para sua transformação. Para Leila Lima Santos, processo metodológico é o conjunto de normas, técnica e procedimentos que norteiam o desencadeamento da ação. Esse processo metodológico é composto por etapas ou momentos metodológicos (TCC 10).

Netto (2011) mesmo explicitando os avanços oriundos desse momento no Serviço Social, inclusive pelo aporte a uma aproximação com a teoria social, a busca de alternativas teórico-metodológicas ao tradicionalismo profissional, bem como a delimitação de um posicionamento político a favor das lutas do trabalho, não deixa de esclarecer as debilidades desse processo de reconceituação e construção do Método BH. Para o referido autor, o elemento central que responde pelos problemas do “Método BH” encontra-se no viés da tradição marxista que este incorpora. Nas palavras do autor:

(...) o fato é que na inspiração marxista de que se socorrem os formuladores belo-horizontinos se encontram os nós problemáticos que rebatem comprometedoramente na sua contribuição renovada. Trata-se de uma inspiração que, **jejuna de uma reflexão sobre fontes originais**, integrou ao marco teórico-metodológico da construção de Belo Horizonte toda a contaminação positivista (...) O “marxismo sem Marx” (...) a falta de uma sustentação ontológico-dialética e na escala em que devia conectar teoria e intervenção prático-profissional, vai na direção da conjunção do fanatismo mecanicista com o voluntarismo idealista (...) deforma as efetivas relações entre teoria, método e prática profissional e simplifica indevidamente as mediações entre profissão e sociedade. (NETTO, 2011, p. 287-288, grifo do autor)

Essa contundente crítica de Netto é reafirmada por Quiroga (1991, p.88), quando afirma que:

A Reconceituação trouxe consigo, em sua crítica ao assistencialismo e às novas tendências neo-assistencialistas, a questão do marxismo que, só posteriormente é incorporado como conteúdo no interior dos currículos. É interessante notar que esse processo não rompeu radicalmente com uma herança conservadora, de cunho positivista e irracionalista, predominante historicamente, no Serviço Social, o que vai constituir-se num dos fatores explicativos da aproximação tardia da profissão ao debate do marxismo e à sua incorporação por via de um marxismo positivista (...) Pode-se, portanto, concluir que a Reconceituação levou a uma ruptura política que não foi acompanhada por uma ruptura teórica com essa herança conservadora.

Nesse sentido, pode-se aventurar a afirmar que o “lento” processo de incorporação das novas diretrizes e, por conseguinte, da nova direção social no conteúdo dos currículos do Serviço Social, a exemplo da UFA em questão se expressa nos TCC’s produzidos ao longo dos anos de 1990, contexto de intensas discussões acerca dos fundamentos da profissão, de legitimidade do projeto ético político embasado na teoria social crítica e no materialismo dialético, na formulação do currículo básico e, portanto, das diretrizes curriculares do Serviço Social.

Nessa direção, as abordagens são conflitantes e confusas, na tentativa de agregar perspectivas dissonantes, acabam desencadeando nas armadilhas do ecletismo que, como adverte Quiroga (1991, p.90), quando se fala em ecletismo “está-se fazendo referência a uma tendência sincrética à tolerância e à conciliação de posições heterogêneas e contrárias, assumidas como se fossem concordantes”.

Tais “achados” particulares denunciam um significado social da profissão que não é explicitamente abordado nas produções acadêmicas analisadas. Mas, que aparece abscondido e, ao mesmo tempo, revelado nos elementos já citados, como a abordagem das disfunções sociais em detrimento da “questão social”, no caminho teórico-metodológico escolhido, na relação estabelecida entre teoria e prática, na defesa de um determinado perfil profissional, etc.

Assim sendo, para compreender o significado social do Serviço Social, principalmente impetrado pós-“intenção de ruptura” é necessário reconhecer a profissão como imersa no processo de produção e reprodução das relações sociais do capital e suas contradições, desta feita, partícipe do movimento da história e das transformações que desse curso se derivam. Yasbeck (2009, p.139) elucida que “o que se pretende assinalar é que este significado e a direção social do trabalho

profissional se explicam a partir e no conjunto das relações e dos projetos colocados em confronto na trama social”.

Neste sentido, apenas um TCC do ano de 1995 cita o termo significado social do Serviço Social, quando faz a seguinte referência:

(...)Impõem-se algumas considerações sobre o dever do Serviço Social e suas possibilidades como profissão, no contexto de aprofundamento do capitalismo, na sociedade brasileira, para em seguida procurar desvendar um pouco o seu significado social, diante do espaço das comunidades e das práticas desenvolvidas no seu âmbito. (TCC 01)

Identificamos que não há uma preocupação, por parte dos discentes, neste período em abordar a formação profissional e os fundamentos da profissão como objeto de estudo e de pesquisa. O ecletismo, a diversidade e, ao mesmo tempo, indefinição metodológica trazem aspectos que demonstram um momento de lenta transição e adequação a direção social hegemonicamente consolidada, a partir de 1990. O significado social denotado nas entrelinhas das produções também elucidam os traços desse movimento, o novo e o velho como retrata Netto (2011), se entrecruzam. A apreensão desse significado se deu de forma bastante rudimentar, permeado por essa variedade de concepções diferentes.

Nesta direção, nos TCC's produzidos, ao longo dessa década, não identificamos quase nenhuma referência, inclusive, conceitual a “questão social” e suas expressões como consequências inerentes as desigualdades sociais intrínsecas ao sistema do capital e suas contradições. Neste contexto, essa compreensão se dá na maioria dos trabalhos analisados de forma equivocada, numa direção de responsabilização do indivíduo, os termos utilizados perpassam a ideia de problemas sociais, disfunções sociais, de readaptação à sociedade, da necessidade de reformas ou mudanças de realidades pontuais e locais. Vejamos esse trecho do TCC do ano de 1997:

(...) o profissional dessa área (Serviço Social) exerce atividades referentes aos aspectos denominados questões sociais, que se encontram em torno de problemas individuais ou grupais (...) para tal, é necessário direcionar suas atividades começando pelo conhecimento da realidade social, tendo como fonte o Diagnóstico e o Prognóstico (...) o Serviço Social tem a função de oferecer uma ajuda psicossocial às pessoas envolvidas no processo (...), através do instrumento dialético de compreensão. (TCC 02)

Há desconexão entre o debate teórico e a prática profissional. Por exemplo, cita-se e caracteriza-se o funcionalismo e a abordagem dialética, porém, sem uma

contextualização mais aprofundada de suas reverberações no Serviço Social e, por conseguinte, sua interlocução entre teoria e exercício profissional. Neste sentido, desconsideram a historicidade da profissão e a nova legitimidade defendida a partir da década de 1980 em que a profissão assume uma nova direção social com base num arcabouço teórico-metodológico específico, fruto das determinações históricas e transformações no interior da profissão, que assume a questão social como seu objeto de intervenção e a categoria trabalho como central na compreensão da vida social, tendo uma visão ontológica diante dos fenômenos sociais. Num TCC do ano de 1996 se faz a seguinte afirmação:

(...) embora os serviços sociais sejam o suporte material, e as entidades sejam a base organizacional que condiciona e viabiliza a atuação profissional, esta atuação dispõe de características peculiares. Trata-se de uma ação voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos. O assistente social, diante da problemática (...) realiza esta ação a partir das manifestações imediatas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos (...) Assim a atuação do assistente social se dirigirá numa ação esclarecedora à população quanto a problemática. (TCC 18)

Ao debater a formação profissional, a ABEPSS (1996) considera esse processo um conjunto em que teoria e prática não estão desconexas, a prática se configura como a forma de trabalho e a formação como um processo de qualificação. Nesta relação, o conhecimento teórico dá embasamento à prática, fazendo com que o profissional desenvolva a habilidade e a capacidade de identificar as mediações existentes em suas demandas cotidianas, num constante esforço de compreendê-las em sua relação com a totalidade social, em suas dimensões de universalidade, particularidade, singularidade que se manifestam naquele fenômeno.

Ou seja, aqui se reafirma a importância do método marxiano, do materialismo histórico dialético que propõe o desenvolvimento e a postura de um profissional investigativo e não meramente observador-descritivo, ao estabelecer as conexões entre as dimensões mais aparentes dos fenômenos até suas vinculações mais gerais.

Considerando esses fatores já citados e a importância de apreensão do significado social do Serviço Social, durante o processo formativo, principalmente, a partir do contexto da nova direção tomada, na década de 1990, a ABEPSS (1996, p.17, grifo do autor) defende que:



[...] o novo projeto profissional assuma como argumentação fundamental a tese de que o significado sócio-histórico e ideo-político do Serviço Social está inscrito no conjunto de práticas sociais que são acionadas pelas classes e mediadas pelo Estado, em face das sequelas da “questão social”. De cunho histórico, **este significado** pode assumir perfis diferenciados em função da origem das demandas feitas à profissão e da legitimidade atribuída pelas classes às respostas profissionais. Afirma-se que a particularidade do Serviço Social, como especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, está organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da “questão social” e às formas históricas do seu enfrentamento – que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado.

Ao estabelecer essa relação da apreensão do significado social da profissão durante a formação e a importância dessa compreensão para o exercício profissional, sustenta ainda que,

O significado social da profissão, historicamente vinculado ao tratamento da questão social, é impactado por questões que reproduzem na ação profissional a mesma tensão contida nas demandas que lhe são feitas. Isto significa reconhecer a existência de alterações na **formação do mercado, na requalificação profissional, no domínio operativo de um conjunto de procedimentos** que no momento consolidam processos que faziam parte das metas profissionais nos anos 80. A estes juntam-se a questão da direção social da prática, do seu conteúdo e dos meios objetivos para a sua materialização. (ABEPSS,1996, p. 27-28, grifo do autor)

Ora, desconhecer ou desconsiderar esses aspectos é deslegitimar conquistas importantes impetradas através da adesão a matriz teórico-metodológica marxista adotada pela profissão, inclusive para romper com os caracteres da herança conservadora e tradicionalista que conduziam o “fazer profissional” a mera ação assistencialista e de ajustamento social. A ABEPSS (1996, p.32) traz que,

(...) a partir da crise da ditadura, a profissão tem defendido a realização de um projeto profissional articulado ao ideário das classes trabalhadoras. Nos anos 80, esse projeto apontou para a defesa dos processos de mobilização, organização e reivindicação de direitos e políticas sociais públicas no bojo dos movimentos organizados da sociedade. Razão pela qual a profissão assumiu um papel eminentemente sócio-educativo materializado em estratégias de mobilização e de articulação política das classes trabalhadoras. Hoje (anos 90), além de dar continuidade a esse projeto, o Serviço Social atualiza sua inserção e o seu significado social ao transformar em desafios profissionais outras situações que retratam o grau de avanço e conquista dos trabalhadores no momento atual. Aqui opera-se o trânsito da esfera exclusivamente reivindicatória para a esfera propositiva (...) Estas situações demonstram em que medida a direção social da profissão articula-se historicamente com um projeto social dos trabalhadores. Mesmo que a sua realização seja sempre permeada por limitações inerentes à condição de uma atividade profissional, o caráter contraditório da realidade e do próprio trabalho do Assistente Social também

comporta um conjunto de possibilidades que lhe permitem contribuir na superação da ordem burguesa.

Neste sentido, através da análise dos TCC's, em Serviço Social da UEPB, consideramos que a década de 1990 se configura como um momento de lenta transição, em que havia uma forte presença do ecletismo e indefinição teórico-metodológica. Identificamos a significativa influência do positivismo revelada nas ideias de disfunções sociais, de ajustamento dos indivíduos, nas análises imediatas, pontuais e não mediadas. Até mesmo nas produções que expunham o método dialético o faziam a partir das ponderações do movimento de reconceituação.

Parece-nos bastante interessante perceber que, enquanto em âmbito nacional, ocorria um amplo debate em torno dos fundamentos da profissão e da formação, no Curso de Serviço Social da UEPB, nenhum discente concluinte, entre 1990-1999, tenha se interessado em refletir e produzir sobre essa temática tornando-a seu objeto de estudo no TCC. Aqui se mostra a relevância de nosso trabalho, por se propor a discutir formação profissional levando em consideração este curso na referida instituição, que inclusive, é um dos mais antigos do nordeste e do país, o que denota ainda mais a importância de contribuir com os estudos de sua história.

No que concerne à apreensão do significado social da profissão, expressa nessas produções acadêmicas, pode-se afirmar que aquele encontra-se amputado das devidas mediações e sem uma compreensão crítica e política da direção social tomada pela profissão a partir da década de 1980 e, por conseguinte, do significado sócio-histórico desse processo derivado.

## 5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos debruçarmos sobre o estudo da apreensão do significado social do Serviço Social através da análise dos TCC's, da década de 1990, do referido curso na UEPB, nos deparamos com um rico acervo que expressa a sua construção histórica e sua importância para a cidade de Campina Grande e região.

Nosso objetivo foi compreender como se revela, nessas produções acadêmicas, a apreensão (ou não) do significado social da profissão por esses discentes concluintes. Neste sentido, objetivou-se perceber alguns elementos como o suporte teórico e metodológico que vertebrou esses escritos e, se havia, neste aspecto presença do ecletismo. Também se observou as respectivas modalidades, ou seja, se partiram de experiências de pesquisa ou de intervenção, qual a relação estabelecida entre teoria e prática, qual a compreensão conceitual frente às expressões da questão social, se há, neste caso, aproximação com conceitos como disfunção social, ajustamento dos indivíduos, problemas sociais, questões sociais, ou se pelo contrário, já havia uma relação da questão social como procedente das desigualdades sociais e as contradições inerentes à lógica do capital.

Através desses elementos identificamos que o significado social revelado nesses escritos denota uma apreensão ainda rudimentar por parte de seus autores, futuros assistentes sociais, quanto ao significado defendido a partir da nova direção gestada, entre o final dos anos de 1970 durante toda a década de 1980, e hegemonicamente legitimada pela profissão, a partir de 1990, através da adesão a teoria social crítica, e a ruptura com todo esse arsenal inclusive teórico e metodológico que atrela a profissão a sua herança conservadora.

Desse modo, neste significado social defendido pós-90, o assistente social é reconhecido como um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, cujo trabalho coletivo deve estar direcionado as demandas das classes subalternas, assumindo as expressões da questão social como objeto de trabalho e matriz de sua intervenção.

Apreender o significado social da profissão, nesta nova direção, por sua vez, é compreendê-la em sua dimensão contraditória e histórica dentro dessa gama de determinações e condicionamentos que geram e reproduzem a sociabilidade

humana, a partir da categoria fundante que é o trabalho, ou seja, como imersa no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

O processo formativo acadêmico, desse modo, constitui um dos espaços fundamentais para a compreensão e materialização dos princípios norteadores do projeto ético-político profissional vigente, expressos no Código de Ética, na lei que regulamenta a profissão e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS/96, espaço de reafirmação dos avanços impetrados pela profissão. Por isso, nos propomos a trazer as inflexões do ideário neoliberal e da perspectiva pós-moderna para a política de educação superior e os desafios daí advindos para manutenção de uma formação crítica de matriz marxista.

Desta feita, podemos considerar que, a década de 1990, foi um momento de intensa discussão acerca dos fundamentos da profissão e da promoção de uma formação profissional crítica. E, percebemos através da leitura das produções acadêmicas citadas que nenhum discente concluinte do Curso de Serviço Social da UEPB se interessou nesse momento pelo debate em torno da formação, pouquíssimos trabalhos foram escritos a partir da experiência de pesquisa, sendo em sua maioria fruto de relatos de experiências em campos de estágio. Esse foi um dado que nos impressionou e nos inquietou.

Aqui também podemos destacar a relevância da nossa pesquisa para os anais do curso de Serviço Social da UEPB. Afinal, fica registrado de maneira mais pormenorizada esse momento que se configura como uma lenta e gradual transição no que se refere à aproximação efetiva com as discussões realizadas no interior da profissão naquele momento. Fica também a sugestão para o prosseguimento desse debate já que, em 1999, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS/96 são incorporadas no projeto pedagógico do curso e, a *posteriori*, em 2001 e 2003, através de concurso público são agregados ao departamento 19 novos professores, outrossim, este período demarca abertura e solidificação de grupos e núcleos de pesquisa, o que possivelmente trouxe mudanças significativas para o Curso de Serviço Social da UEPB que merecem ser estudadas e registradas.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**. Nº 50. Ano XVII. Abril de 1996. São Paulo: Cortez, 1996.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **R. Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017
- \_\_\_\_\_, O desenho das Diretrizes Curriculares e dificuldades na sua implementação. **R. Temporalis**. Brasília, n.08, p.19-30, 2004.
- \_\_\_\_\_, Implicações da reforma do ensino superior para a formação do assistente social: desafios para a ABEPSS. In: Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. **Cadernos da ABEPSS**. Ano 1, n. 1, p. 81-97, jan/jun., 2000.
- CARLI, Ranieri. **Fenomenologia e Questão Social**: limites de uma filosofia. Campinas: Papel Social, 2013
- CASTELO, Rodrigo. **O social liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. São Paulo: Cortez, 1984.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. **R. Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 105, p. 241-266, abr./jun. 2011
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DANTAS, Lucena Dantas. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social. **R. Serviço Social e Sociedade**. n. 4, São Paulo, 1991.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira, et al. **Perfil dos TCCs no Curso de Serviço Social da UEPB**. In: O Curso de Serviço Social da UEPB: elementos para uma análise

histórica e teórico-metodológica. FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; PATRIOTA, Lúcia Maria; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. (Org.). Campina Grande: EDUEPB, 2014.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **Brasil República**. São Paulo: Editora Aldema, 1999.

FONSECA, Cleomar Campos da; NÓBREGA, Mônica de Barros; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. **A formação acadêmica em Serviço Social no município de Campina Grande**: gênese e desenvolvimento sócio-histórico. In: O Curso de Serviço Social da UEPB: elementos para uma análise histórica e teórico-metodológica. FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; PATRIOTA, Lúcia Maria; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. (Org.). Campina Grande: EDUEPB, 2014.

GUERRA, Yolanda. Formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **R. Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

Histórico da Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em <http://www.uepb.edu.br/a-uepb/historico/> Acesso em 24/nov./2017

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_, Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. In: Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. **Cadernos da ABEPSS**. São Paulo, Ano 1, n. 1, p. 35-79, jan./jun., 2000.

\_\_\_\_\_, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma do educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva. 2005. 469 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9395/6833>. Acesso em 11/dez./2017.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. **Contra-reforma na educação superior brasileira**: impactos na formação profissional em Serviço Social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 15 (1): 31-50, jan./jun. 2009. Disponível em <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/358/315>. Acesso em 11/dez./2017

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. O Estado na Fase do Capitalismo Tardio. In: O Capitalismo Tardio. Tradução de Carlo Eduardo S. Matos et al. São Paulo: Abril Cultural, 1982, Cap. 15, p.333-350.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 3. ed.- São Paulo: Cortez, 1993.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Átila, 1988.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a gênese, a "especificidade" e sua reprodução**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. nº 50, São Paulo: Cortez. 1996, p.87-132.

\_\_\_\_\_, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

QUIROGA, Consuelo. **A invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Formação e exercício profissional em Serviço Social. **R. Katál**. Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 159-160, jul./dez. 2012

SANTOS, Josiane Soares. Pós-modernidade, Neoconservadorismo e Serviço Social. **R. Temporalis**. Recife, Ano V, n.10, p. 29-50, jul./dez. 2005.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Maria Aparecida Nunes dos. **Estado moderno, fundo público e capital: uma tentativa de compreensão**. In: Seguridade Social e Saúde: tendências e desafios. 2. Ed. DAVI, Jordeana; Martiniano, Cláudia; PATRIOTA, Lúcia Maria (Org.). Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 41-57.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**. 2. ed. Campinas: Papel Social; EdUFMT, 2014.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. **A política social brasileira na conjuntura da crise internacional**. In: *Seguridade Social e Saúde: tendências e desafios*. 2. ed. DAVI, Jordeana; Martiniano, Cláudia; PATRIOTA, Lúcia Maria (Org.). Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 21-39.

SIMIONATTO, Ivete. **Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática**. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TONET, Ivo. Modernidade, Pós-modernidade e Razão. **R. Temporalis**. Recife, Ano V, n.10, p.11-28, jul./dez. 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Projeto Pedagógico de Curso Serviço Social**. Campina Grande, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.



## **APÊNDICE A – CATÁLOGO DOS TCC'S DA DÉCADA DE 1990 DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UEPB**

### **1990**

- 1- A Política de Saúde e o Serviço Social numa dimensão institucional  
Elisimar Araújo Lucena/Edilma Carvalho Rolim Cartaxo/Maria José do Nascimento Lima/Mércia Maria Vasconcelos de Ataíde/Maria Salete de Morais
- 2- Atuação como estagiária de Serviço Social junto aos adolescentes da FEBEMAA  
Ivoneite Oliveira
- 3- Uma experiência junto à associação de pais e mestres e a saúde do educando  
Joseane Mota Maia/Maria do Socorro Ribeiro Assunção Machado/Maria do Socorro de Souza Ribeiro/Núbia Maria da Silva
- 4- Terceira Idade - Serviço Social Reformista  
Célia de Fátima Amâncio/Maria de Lourdes Dias Paz/Wanda de Macedo Almeida
- 5- O Serviço Social e o seu papel na Saúde Comunitária  
Bairro de Monte Castelo- Campina Grande-PB  
Rossana Gomes Saraiva/Maria do Carmo Campina Vale/Ivanete Ferreira da Silva  
Sylvânia Cassio Henrique Guimarães
- 6- Reativação da Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Maria Cândido de Oliveira  
Jadilene Goretty Silva Castro/Josefa Ivoneide de Souza Albuquerque
- 7- Intervenção institucionalizada, junto aos grupos de geração de renda da FEBEMAA (Federação Estadual do Bem-Estar do Menor Alice Almeida); padaria e pastelaria do Menor – Pedregal e Grupo de caixa de sapato do Centro Ocupacional da criança e do adolescente – Campina Grande-PB  
Irece Socorro Alves de Lima/Maria Josenilda Cavalcanti de Lima
- 8- Prática institucionalizada, desenvolvida por estagiárias de Serviço Social junto a grupos de geração de Renda – FEBEMAA  
Francinete Alves Pereira/Valéria Ouriques de Oliveira/Ana Lúcia Pereira Marques
- 9- A prática do Serviço Social junto a Associação de Pais e Mestres  
Grupo Escolar Sevy Coentro  
Márcia de Fátima Almeida
- 10- Uma experiência vivenciada com o favelado e a criança carente  
Maria da Conceição Pombo Pereira dos Santos
- 11- A prática do Serviço Social junto a associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Sevy Coentro  
Maria Elizabeth Queiroz Teixeira de Barros

12- A atuação do Serviço Social no sistema de Transporte coletivo de Campina Grande

Josenira Alves Brasileiro

### 1991

1- Sexualidade

Experiência das estagiárias de Serviço Social desenvolvida junto ao grupo de adolescentes do Bairro Malvinas

Heloísa Helena Alves Brasileiro/Joana D'arc Serrano/Luiza Figueiredo de Souza

2- Experiência de Serviço Social desenvolvida com o grupo de adolescentes engajados no mercado de trabalho formal (FEBEMAA) Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor Alice Almeida/Dyana Maria de Paiva Martins/Lúcia de Fátima Maciel Firmo

3- A experiência da estagiária do Curso de Serviço Social na União Campinense das Equipes Sociais – UCES

Maria José dos Santos

4- Prática institucionalizada desenvolvida por estagiárias de Serviço Social junto a grupo profissionalizantes e ocupacionais – FEBEMAA

Eliane Gomes da Silva/Marleide de Oliveira Albuquerque/Suzi Soares Bezerra Fônseca

5- A intervenção do Serviço Social no Banco de Leite Humano

Elyane Agra Toscano/Adriana Ferreira de Lima/Inajá Maria de Carvalho

6- Experiência prática de Serviço Social no Grupo de Idoso “Cabelo de Neve” (Bairro Monte Castelo)

Eliane Moraes Barros/Francicleide Medeiros Farias/Libânia Tabosa Azevedo Pereira

Maria Helena Jacinto

7- O Educando: seus problemas e dificuldades

Rossana Werlaine Pequeno dos Reis/Cleone Ferreira da Silva/Luisa Soraya Gomes de Souza

8- O Serviço Social enquanto espaço político na saúde pública no município de Lagoa Seca

Francimar Barros de Queiroz/Jaqueline Rodrigues Araújo/Márcia Renata Pereira de Souza/Márcia Tereza Mello Soares

9- O Serviço Social, sua participação na Comunidade do Cruzeiro

Marilda Rodrigues de Lima/Tânia Rosângela Porto/Rita Amélia Rodrigues Alves/Christiane Sinésio Leal

10- Os clubes de mães numa perspectiva de mudança

Maria do Socorro Farias

11- Tentativa de um trabalho educativo sobre a sexualidade com a adolescente na faixa etária de 12 a 19 anos, no grupo Escolar Lafayette Cavalcante  
Maria das Mêrces Martins Lemos/Luzia Torres Lucena/Lúcia Maria Oliveira

12- Política habitacional  
Experiência vivenciada junto a Secretaria do Trabalho e Ação Social  
(Não identificada autoria)

13- Enfoque Social da motivação dentro do plano de integração de menores na comunidade – PLIMEC  
Maria das Neves Dias Farias/Fátima da Assunção Dias Ramos/Maria de Lourdes do Carmo/Marilene de Araújo Oliveira

## **1992**

01- Experiência prática de Serviço Social com grupo de idosos “Cabelo de Neve”.  
Maria das Graças Cordeiro da Silva

02- Serviço Social no Catolé: uma nova experiência de conscientização, organização e capacitação na comunidade.  
Ennery Tereza de Almeida/ Maria das Dores do Nascimento Araújo/ Maria Gilcléia Morato Herculano/ Maria do Socorro Nascimento Lins/ Mauridete Granjeiro de Barros/ Mirta Luciene Vitorino Jovem/Sandra Suely Ribeiro Cavalcante

03- Atuação do Serviço Social junto ao grupo de adolescentes engajados no Programa Mercado de Trabalho Fotmal FEBEMAA  
Lúcia Gomes de Freitas/ Maria Cristina dos Santos/ Normanda da Silva Santiago

04- Intervenção do Serviço Social na educação formal especificamente no Colégio “Assis Chateaubriand”  
Edileusa da Silva Santos/ Francineide Pereira da Silva/ Francisca Pereira da Silva

05- Intervenção do Serviço Social numa Clínica de Fisioterapia  
Ana Lúcia dos Santos Carvalho/ Elizabete de Lima Souza Almeida/ Maria Catarina Silva de Veras/ Roseane Marques Figueiredo/ Valdete de Araújo Costa

06- Organização da Cooperativa de Marceneiros de Campina Grande, no Centro de atendimento de Madeira do Cruzeiro – Campina Grande.  
José Márcio Severino da Silva

07- O Serviço Social introduzindo uma prática atuante na Comunidade das Malvinas  
Cláudia Tereza Dinoá Matias/ Eliane Batista dos Santos/ Gilvanize Tavares da Silva/ Jonisabel da Assunção Souza Araújo/ Maria Aparecida de Araújo Fonseca/ Valéria de Oliveira Souza

08- Atuação das estagiarias de Serviço Social no assessoramento à Coordenação dos Clubes de Mães de Campina Grande.  
Maria do Carmo Mendes dos Santos/ Maria Soraia de Lima

09- A prática do Serviço Social voltada para a sexualidade na adolescência no âmbito escolar

Shirlei Monteiro Cabral/ Francileide Felix Souza/ Suênia Italiano de Araújo

10- Experiência teórica-prática realizada na Clínica de Fisioterapia – UEPB

Cleane Neri Matias/ Katiane A. Luciano Cezário/ Norma Soeli Xavier de Luna/ Taís Meideiros de Farias Souza

11- Tentativa de um trabalho de intervenção no Bairro-favela do Pedregal

Alex Soares Mota/ Giovana Barbosa Cavalcante/ Maria do Socorro Correia Barbosa/ Simone Maria Ribeiro de Souza/ Suely Lígia Oliveira Cavalcante/ Vera Neide Almeida de Macedo

12- Experiência prática de Serviço Social no grupo de idosos “Renascença” localizado no Bairro do Catolé

Verônica do Socorro Florindo Barbosa/ Valdênia Leite Barros

13- Educando para Saúde

Ioneide de Medeiros Fernandes/ Josedna Alves Costa Lima/ Maria das Neves Soares Cavalcanti/ Maria de Fátima Ferreira da Cruz/ Maria Lúcia Oliveira de Souza

14- A prática do Serviço Social junto a comunidade da Escola Estadual de 2º Grau Dr. Elpídio de Almeida – PRATA

Lúcia d Fátima Ramos/ Maria de Lourdes Manguieira/ Maria do Socorro Alves Barbosa/ Maria do Socorro Henriques de Moares

15- Uma tentativa de atuação do Serviço Social na UAC (Unidade de Apoio Comunitário) de Monte Catelo – Campina Grande –PB

Eldina de Brito Cavalcanti/ Gerlaine Brasiliano do Nascimento/ Gissilene Ferreira de Oliveira/ Helene da Silva Dantas/ Palmira Débora Santana da Silva

16- Aspectos da pesquisa realizada na Comunidade do Catolé

Edvânia Gomes Silveira/ Iêda Fátima B. Nogueira/ Josefa Emirélia B. Lacerda/ Maisé Veiga Machado/ Rosália Maria Alencar Soares/ Rosilda M. S. do Egito

17- Sexualidade e Conflito sexuais – uma pesquisa pioneira no Instituto Neuropsiquiátrico de Campina Grande – PB

Ieda Cunha da Silva

### **1993**

01- Levantamento socioeconômico, aplicado no Bairro das Malvinas

Eliane Reges/ Juliana Castro Corrêa de Araújo/ Maria José Costa

02- Uma proposta de intervenção junto à Comunidade do Bairro de José Pinheiro

Ana Maria Dantas/ André Barbosa Carneiro/ Elimar Maria Neves de Souza/ Francisco Ribeiro Barbosa/ Maria Adjanice G. de Queiroz/ Maria de Souza/ Valcemir Rodrigues da Silva

03- A participação da Comunidade das Malvinas como prevenção da saúde

Laura Borges Alves/ Maria do Socorro G. Pinto/ Maria do Socorro Macêdo de Araújo.

04- Estudo exploratório realizado na Comunidade de José Pinheiro.

Ana Cleudes Carvalho/ Lúcia Maria Patriota/ Luzimar Lacerda Rolim/ Maria Auxiliadora de Almeida Barroa

05- Intervenção de Serviço Social na Escola Estadual de 1ºGrau de José Pinheiro

Ednilza Valdevino de Araújo/ Josefa Cantalice Brandão/ Josileide Alves de Oliveira/ Maria José Nunes de Souza/ Maria do Socorro Bezerra/ Mônica Mangueira de Souza

06- Uma experiência de Serviço Social a nível de participação do Clube de Mães “Ana Maria.

Maria de Fátima Cabral Nunes/ Edna Farias de Oliveira

07- Educação e Serviço Social

Iara Ferreira/ Kalina Pantoja Gorgonio/ Lindalva do Nascimento Brito/ Nadja Henrique Menezes

08- Educação e Extensão

Adeilza Galdino de Lima/ Adinalva Barbosa Martins/ Ledy Siqueira de A. Pereira/ Maria Lúcia Bezerra de Melo/ Rosângela Brito Guedes

09- Bairro Malvinas: História de luta.- Campina Grande-PB 1983-1993.

Elisete Dantas/ Maria do Socorro Fonseca Coelho/ Ádria Ramalho de Oliveira.

## **1994**

01- Educação como instrumento de cidadania

Cileide Maria R. da Silva/ Homerinda Gomes de Souza/ Janilene Monteiro de Souza/ Joana Darc da Silva/ Lindalva C. de Souza/ Suely de Andrade Silva/ Valquíria G. Carvalho

02- Uma experiência do Serviço Social junto ao educando da Escola Estadual de 1ºe2ºGrau D. Nenzinha Cunha Lima

Alba Regina G. da Silva/ Analúcia de Souza/ Rejane Maria F. Cavalcante/ Rosicleide de Lima Cruz.

03- O Serviço Social no processo de Educação para Saúde

Celina da Silva Farias/ Gildete Tavares da Silva/ Maria da Conceição Davi P. Barbosa/ Rosângela Flôrencio da Silva/ Suzete Marques G. Dorant

04- Hospital Universitário – Uma experiência de Estágio de Serviço Social na Saúde

Maria José A. de Souza Silva

05- A intervenção do Serviço Social junto ao Programa “Liberdade Assistida”: A busca da cidadania.

Maria Raquel Quirino/ Marta Elizabete A. Lima/ Rejane Cavalcante/ Soraya Vieira M. Dias/ Verônica Gama Mota

06- Malvinas: Na luta pela Saúde Preventiva 1993-1994

Helena S. Celestino/ Lenira de Araújo Fernandes/ Luíza L. L. Leite/ Maria da Conceição Soares/ Patrícia Agra de Melo/ Rosilda B. da Silva

07-Serviço Social numa proposta de organização e geração de renda.

Ana Cristina de Medeiros/ Ana Flávia N. Vasconcelos/ Edna Agra Toscano/ Josega Cilene de Souza Mâcedo/ Maria Elizabete F. Furtado/ Norbelha Picanço de Araújo

08- A prática interventiva do Serviço Social na Clínica-escola de Fisioterapia da UEPB

Kerlaine Falcão/ Maria das Dores G. Castro/ Maria José Bezerra/ Saionara B. N. Fontes

09- O desempenho das estagiárias de Serviço Social no âmbito da Clínica-escola de Fisioterapia da UEPB

Antônia Marize Guerra/ Maria Aparecida de Farias/ Rivaneide Barbosa da Silva

## **1995**

01- Os “desprotegidos” da sociedade: ação da “Liberdade Assistida” com adolescentes em Campina Grande.

Ana Aparecida da Costa Melo

02- À prevenção às doenças sexualmente transmissíveis como o eixo central da ação interventiva do Serviço Social

Célia García de Souza/ Giralda O. de Almeida/ Izôlda Maria de Assis/ Laci S. de Menezes/ Rosseline de Meideiros Brandão/ Tânia G. d Almeida

03- A arterapia em deficientes físicos de menor idade

Carmem Lúcia Ferreira de Oliveira

04- A realidade educacional da Escola de 1ºe2ºGrau Sen. Argemiro de Figueireido-Polivalente

Alva Suely G. de Oliveira/ Amealúcia C. Lima/ Edla Tilvany Silva/ Eduardo J. Dias Florentino/ Maria das Neves da Silva/ Maria José P. Moreira/ Maria Tereza A. de Souza

05- A prática interventiva do Serviço Social junto a clientela de maioridade na Clínica-escola de Fisioterapia

Fabíola N. Fialho

06- A Terceira Idade no contexto urbano – experiência grupal – SESC Campina Grande- PB

Maria Perpétua do S. Moraes de Souza/ Maria Verônica B. Pereira

07- As relações sociais na escola de 1ºGrau: análise do Serviço Social.

Eulália Maria D. de Almeida/ Josefa Eliane Gomes

08- A fisioterapia na gestação: enfoque social  
Marlene Ribeiro da Silba

09- Educação Ambiental; Espaço de ação do Serviço Social.  
Ana Lígia de M. F. Araújo/ Flávia Cristina do Bonfim Bezerra/ Maria Edvirges G. Antonino/ Maria de Fátima F. Viana/ Rôse Célia S. Serra/ Valdênia Guimarães.

10- Ser mulher: uma questão de auto-consciência  
Célia de Castro/ Eucilene R. Pita/ Joselita da Silva/ Josilene B. do Nascimento/ Maria Leônia M. do Nascimento/ Maria do Socorro C. da Silva

11- Educação e Saúde – 1994-1995  
Luciene A. Santos/ Maria da Conceição A. da Silva/ Maria de Lourdes Cabral/ Maria Estela R. da Silva/ Maria Rejane G. Guedes/ Maria Thereza C. Souza/ Marluce A. Palhano.

## **1996**

01- A educação ambiental no contexto urbano e rural  
Anamaria F. da Silva/ Luciana M. de Lima/ Marisa M. Limeira Pinheiro/ Marta Silvia G. Neves

02- Participação comunitária  
Geralda S. de Menezes/ Janaína Eugênia dos Santos

03- Objeto e objetivo institucional (Avaliação do Programa para Gestantes)  
Keilla Luciete M. Diniz/ Maria do Socorro F. Câmara

04- O perfil sócio-econômico do diabético  
Maria Vânia de C. Santos

05- A prática profissional direcionada ao Programa de Saúde da Família – PSF  
Claúdia Patrícia Lima/ Claúdia Regina S. Mendes/ Francisca da Glória Gomes/ Josélia Santos/ Maria José B. Netta

06- Pesquisa e extensão universitária na área da infância e adolescência: uma experiência na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UEPB.  
Maria Valeska Asfora

07- Dimensão Social e política da prática pedagógica na Escola Estadual de 1ºe2ºGrau Sem. Argemiro de Figueiredo “Policalente”  
Ascendina Coelho de S. Silva/ Francineide C. de Souza/ Luciano N. Azevedo

08- Prática Interventiva do Serviço Social na Comunidade Prostituta – CIPMAPS  
Celha Dellian B. de Medeiros/ Ediluce B. Leal/ Ednólia de Jesus S. da Silva/ Kátia Regina O. Carvalho/ Maria Aparecida P. de Albuquerque/ Sheila Assunção S. Santos

09- Monte Santo: a construção da Saúde Coletiva

Ana Cristina L. Martins/ Cláudia Torres Leite/ Clenilda A. da Silva/ Eloá Guimarães do Nasc. Lima/ Magnólia Elias Silva/ Maria Aparecida do Nasc. Coelho/ Maria das Dores Almeida

10- A prática interventiva do Serviço Social junto a clientela de ginecologia e obstétrica

Josenilda G. da Silva

11- As implicações sociais na formação tecnológica

Luciene Maria Silva

12- O Serviço Social no trabalho de articulação entre instituição e comunidade

Janilene M. da Silva/ Janete de Luna Batista/ Josicleide P. Carneiro/ Gracilene Nasc. dos Santos

13- “Relações sociais inter-grupais”: Uma realidade no âmbito escolar – POLIVALENTE

Amélia Rodrigues N. de Oliveira/ Cecília Lourdes S. Florêncio/ Jacqueline L. Imperiano/ Verônica R. Antonino

14- A prática profissional direcionada para o despertar da cidadania

Agnaldo Silva/ Josenete R. Cavalcante/ Márcia Siqueira P. Nascimento/ Sarah L. Palmeira/ Vera Lúcia de Freitas

15- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural: O caminho da parceria

Marilana Abrantes P. Pequeno

16- A participação do Serviço Social na formação de uma consciência ecológica, numa perspectiva de conservação do meio ambiente

Claúdia Maria A. de Arruda/ Magali M. Bandeira/ Márcia Aparecida da S. Pedroso/ Márcia P. da Silva/ Marilene de Souza

17- Guarda Civil Municipal: Uma prática educativa junto ao guarda e a família

Ana Cristina Leite/ Cirlene do Nasc. Santos/ Cláudia D. de Oliveira/ Lucineia A. Silva/ Maria do Socorro A. V. Filha

## **1997**

01- Ação educativa do Serviço Social como instrumento de prevenção da Saúde

Ana Gilza M. Rodrigues/ Maria Gorette T. da Silva/ Mércia Cislaine de Souza/ Rosana de M. Lopes/ Rossandra F. Teófilo

02- Medicina Comunitária

Rosinalda Rocha de Souza

03- Cidadania do Menor

Janaina Fernandes de Oliveira/ Yonara Arruda Flor

04- Ação Educativa do Serviço Social como instrumento de prevenção em Saúde



Ana Gilza Martins Rodrigues/ Maria Gorette Teófilo da Silva/ Mércia Cislaine de Souza/ Rosana da Mota Lopes/ Rossandra Farias Teófilo

### **1998**

01- A construção da consciência sanitária: Educação ambiental em Monte Santo (Estágio, Ensino, Pesquisa e Extensão)

Elineide S. de Lima/ Eliane da Costa N. de Araújo/ Gláucia T. da Silva/ Patrícia da S. Farias/ Rita S. P. Gonçalves/ Vandete Nunes Pinheiro

02- Política Assistencial no Semi-árido paraibano

Isabel Amorim Leôncio/ Jussara Carneiro Costa

### **1999**

01- Experiência da implantação de educação ambiental no CEAI – Centro educacional de atividades integradas “Elpídio de Almeida”.

Adriana A. da Silva/ Bernadete E. Pereira/ Cláudia Luciana C. Costa/ Elineide Maria de Sales/ Elizabete de A. Pinto/ Joelita H. de Almeida/ Luciana Maria de Farias/ Maria do Rosário Silva/ Maria G. Neto/ Valdenice F. da Silva/ Vânia B. Alves/ Zoraide de Q. Alvez

02- Prática institucionalizada do Serviço Social: junto ao PSF (Programa de Saúde da Família) – Tambor

Maria das Graças C. dos Santos/ Maria de Fátima da Silva/ Maria Goretti F. da Silva/ Maria Jamilly P. Fernandes/ Mirian B. de Araújo

03- A práxis no Serviço Social junto ao Programa de Saúde da Família

Juliana de Aquino Fonseca Doronin

